

CEMITÉRIO
DO BONFIM
patrimônio cultural, arte e fé

 **iepha**
MINAS GERAIS





Ministério da Cultura, Governo de Minas e Cemig apresentam



PATROCÍNIO MASTER



PATROCÍNIO



CORREALIZAÇÃO



REALIZAÇÃO



Fotos Capa e Contra capa: Zé Rocha. Designer e Fotógrafo

Ficha catalográfica Dados internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Bibliotecária Denise Maria Nery Euclides CRB-6 – 1548

I59c Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais
2024 Cemitério do Bonfim : patrimônio cultural, arte e fé /
Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais.
Belo Horizonte, 2024.
82 p. : il. (Cadernos do Patrimônio)
ISBN : 978-65-980614-4-9
1. Cemitérios – Belo Horizonte. 2. Patrimônio cultural – Belo Horizonte. 3.
Monumentos funerários. I. Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico
de Minas Gerais. II. Série.

CDD 363.75098151



CEMITÉRIO DO BONFIM

patrimônio cultural, arte e fé



SUMÁRIO

Apresentação.....	15
Cemitério do Bonfim: o contexto da sua construção.....	17
O inventário.....	25
O cemitério como referência cultural.....	30
A materialidade no cemitério: artistas, marmoristas, devoções e símbolos.....	38
Artistas.....	42
Marmoristas e construtores.....	50
Olhares e usos do Bonfim: imaterialidades e transformações.....	54
Cemitério vivo: o Bonfim como espaço educativo na mediação do patrimônio cultural.....	59
Trabalhadores e trabalhadoras do Bonfim na centralidade do cemitério: saberes, fazeres e memórias na salvaguarda do patrimônio cultural.....	63
O Cemitério do Bonfim: memória, imagens, lembranças- um exemplo de educação para o patrimônio cultural.....	71
Definições de elementos e ornamentos cimiteriais.....	74
Referências.....	75
Equipe Técnica.....	81

MEMÓRIAS ESCULPIDAS EM PEDRA: A ARTE E A HISTÓRIA DO CEMITÉRIO DO BONFIM

Os cemitérios são espaços que transcendem sua função primordial de morada dos mortos. São lugares de memória, de rituais e de transcendência, onde a arte, a fé e a morte dialogam na construção simbólica das sociedades. O Cemitério do Bonfim, um dos mais antigos e emblemáticos de Belo Horizonte, reflete esse entrelaçamento entre o efêmero e o eterno, configurando-se como um território onde a finitude da vida se expressa em mármore, granito e bronze, e onde a história se inscreve na pedra.

Desde o primeiro sepultamento, da jovem Bertha Adèle Theresa de Jaegher, até os túmulos de personalidades como o ex-presidente Olegário Maciel e o escritor Achilles Vivacqua, o Bonfim preserva a memória de gerações que ajudaram a construir Belo Horizonte e Minas Gerais. A riqueza artística de seu conjunto escultórico e arquitetônico, com obras de mestres como Laurindo Galante, João Amadeu Mucchiut e Ettore Ximenes, eleva-o à condição de museu a céu aberto, onde a arte funerária é testemunho da passagem do tempo e das crenças sobre a vida e a morte. Assim como cemitérios históricos ao redor do mundo, como La Recoleta, em Buenos Aires, e Père-Lachaise, em Paris, o Bonfim não é apenas um local de despedida, mas um espaço de contemplação e de conexão com o passado. Suas esculturas sacras, mausoléus e lápides revelam narrativas de fé e dor, de amor e saudade, reafirmando o papel dos cemitérios como lugares (ou não-lugares) que nos fazem transcender a realidade física da existência.

6

Sua construção, no final do século XIX, está diretamente vinculada à fundação da capital mineira. Concebido no contexto da Comissão Construtora da Nova Capital, liderada por Aarão Reis, o cemitério integrou o projeto urbanístico que visava consolidar Belo Horizonte como um modelo de cidade moderna e saneada, dentro dos ideais republicanos de ordem e progresso.

O “Caderno do Patrimônio Cultural: Cemitério do Bonfim” é uma iniciativa essencial para o aprofundamento do conhecimento e do reconhecimento da importância histórica, artística e social desse espaço. A publicação revela a complexidade simbólica do Bonfim, apresentando um panorama detalhado de sua construção, evolução e das manifestações culturais e religiosas que ali ocorrem.

Mais do que um repositório de memórias, o Bonfim é um reflexo das relações entre a vida e a morte, entre o visível e o invisível, entre o humano e o divino. Seu estudo e preservação são fundamentais para a valorização do patrimônio cultural, permitindo que as gerações futuras compreendam e respeitem esse legado.

A publicação do Caderno não apenas difunde conhecimento, mas incentiva novas pesquisas e ações que garantam a salvaguarda desse bem cultural inestimável. Afinal, os cemitérios não são apenas o fim do caminho: são testemunhos da nossa história, narrativas esculpidas na pedra, pontes entre o passado e o presente.

Leônidas Oliveira
Secretaria de Estado de Cultura e Turismo de Minas Gerais



Escultura de anjo.
Foto: Zé Rocha, Designer e Fotógrafo

PRESERVANDO O PASSADO, INSPIRANDO O FUTURO.

CEMITÉRIO DO BONFIM: MEMÓRIA, ARTE E HISTÓRIA

É com grande honra que apresentamos a mais recente edição dos Cadernos do Patrimônio Cultural, dedicada ao Cemitério do Bonfim, uma necrópole que transcende sua função primária de abrigo aos mortos e se destaca como um patrimônio cultural multifacetado de Belo Horizonte e Minas Gerais. Este trabalho, conduzido pelo IEPHA-MG, é fruto de um esforço contínuo para o reconhecimento, preservação e valorização de um espaço que congrega arte, história e cultura, em harmonia com as práticas funerárias e a espiritualidade de diferentes épocas.

Desde a sua inauguração em 1897, no mesmo ano da fundação de Belo Horizonte, o Cemitério do Bonfim tem se destacado como testemunha das transformações urbanas e sociais da capital mineira. Este cemitério, situado na histórica região da Lagoinha, preserva em suas lápides e monumentos a trajetória de uma cidade que, desde seus primeiros passos, encontrou no Bonfim um reflexo de suas aspirações, angústias e esperanças.

8 O inventário apresentado nesta publicação, resultado de anos de pesquisa e do trabalho participativo com os trabalhadores da necrópole, oferece uma visão integrada desse espaço, abordando suas dimensões materiais e imateriais. Monumentos, túmulos e esculturas revelam a riqueza da arte tumular presente no local, enquanto o envolvimento comunitário evidencia a relevância do cemitério como um espaço de memória viva e de salvaguarda cultural.

Ao longo das páginas, o leitor encontrará não apenas um relato histórico, mas uma profunda reflexão sobre o papel do Cemitério do Bonfim como um microcosmo das dinâmicas sociais e culturais de Belo Horizonte. Este caderno convida a uma imersão nos saberes e fazeres que moldaram a paisagem desse patrimônio, reforçando o compromisso do IEPHA-MG em garantir que as próximas gerações possam compreender e valorizar a complexidade desse bem cultural.

Esperamos que esta publicação inspire gestores, pesquisadores e a sociedade em geral a reconhecerem a relevância do Cemitério do Bonfim e a importância contínua de sua preservação. Boa leitura, e que este caderno fortaleça nosso compromisso com a proteção do patrimônio cultural.

João Paulo Martins

Presidente do Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais



Jesus sentado na pedra.
Foto: Zé Rocha, Designer e Fotógrafo

PRESERVAR É PRECISO E NECESSÁRIO!

Quando nos propomos a falar ou a escrever sobre patrimônio cultural, assim como faz este exemplar, buscamos trazer, para o cerne do debate, a discussão sobre a relevância desses bens (materiais e imateriais) para as nossas vidas. É consenso que, quando pensamos em algum bem entendido como patrimônio cultural, a ele são dados significados de identidade, referência e memória, seja relacionados à coletividade ou, simplesmente, ao indivíduo.

Para muitos, determinado patrimônio cultural pode ser o caminho que o faz transitar entre o agora e o passado, entre um momento histórico antigo e um outro mais recente ou, até mesmo, entre aquilo que imaginava ser para o que realmente é, em uma perspectiva de sentidos e de pertencimento.

10 Como ficaríamos se os patrimônios culturais não existissem ou se desaparecessem? E se não fizessem mais parte do nosso cotidiano? Entre muitas respostas possíveis, afirmo que, dificilmente, conseguiríamos, a partir deste instante, contar a história e as tradições de um povo, de um lugar. A relação é intrínseca. Não existem história e cultura sem esses bens que tanto contam sobre a formação e as características de uma sociedade.

Assim, como a maior incentivadora da cultura em Minas Gerais, a Cemig, ao patrocinar iniciativas que debruçam seus esforços e concentram suas atenções na manutenção e preservação desses patrimônios, reafirma o seu compromisso em reconhecer e zelar pelas histórias, memórias e tradições do estado. Atualmente, dos investimentos direcionados pela Companhia como patrocínio para o setor cultural, cerca de 40% são voltados para as ações que estão diretamente relacionadas com o patrimônio cultural de Minas Gerais.

Contribuir para manter vivo o patrimônio cultural desse estado tão grandioso, com suas muitas obras de arte, seus monumentos, conjuntos arquitetônicos, suas festas populares e seus modos de fazer e seus saberes, é valorizar o que há de mais rico na identidade de um povo.



Anjo alado.
Foto: Zé Rocha, Designer e Fotógrafo

CULTURA, EDUCAÇÃO E FORMAS DE PERTENCIMENTO: AS MÚLTIPLAS FACETAS EM TORNO DE UM PATRIMÔNIO

Proteger e valorizar um patrimônio cultural vai muito além de restaurar e preservar obras ou espaços físicos. Patrimônios são registros da nossa história. Capítulos da nossa memória. Trabalhar em prol daquilo que é de propriedade coletiva é zelar pela herança de um povo.

É com essa diretriz que a APPA atua há 31 anos. Com iniciativas patrimoniais em Minas Gerais, norte e centro-oeste do Brasil, nosso propósito está fincado na busca por recontar trajetórias, resgatar vivências, reforçar o pertencimento, fomentar o turismo, gerar emprego e renda.

Parceira de longa data do IEPHA-MG, a APPA parabeniza a iniciativa da entidade em lançar mais essa edição dos Cadernos do Patrimônio, desta vez com uma nobre missão: apresentar elementos de um cemitério pela ótica cultural, política, comunitária e social, explorando as múltiplas e surpreendentes facetas que orbitam um espaço histórico.

12 Além disso, o trabalho realizado pelo Instituto, e retratado nas páginas a seguir, está totalmente alinhado à perspectiva seguida por nós. Entendemos que o patrimônio cultural precisa ser atravessado por uma proposta educativa, sensibilizadora e que preza pela incorporação desses espaços e elementos à experiência urbana e à vivência cotidiana da população. Por isso mesmo, faço questão de destacar as ações de sensibilização patrimonial no Cemitério do Bonfim, como o Inventário Participativo, o uso de mapas de percepção e as visitas guiadas apresentadas neste periódico. Todas essas iniciativas são parte de um mesmo movimento, que considera o próprio patrimônio como produtor de conhecimento.

No lugar de entender cemitérios como lugares ligados apenas ao luto e à dor, tais práticas buscam compreender as múltiplas perspectivas simbólicas desses espaços históricos. Visam perceber as formas de sociabilidade, a fé e a religiosidade tão presentes na identidade do povo brasileiro e, ainda com mais ênfase, na do mineiro. Esse caderno é uma forma de ovacionar tais traços identitários e, ao mesmo tempo, provar que múltiplos olhares na direção de um patrimônio são possíveis.

Parabéns, IEPHA-MG, pelo esforço de valorizar, conhecer e tornar conhecida toda a potência patrimonial de um dos lugares mais emblemáticos da cidade de Belo Horizonte. É dessa vivacidade que nossa cultura precisa.

Xavier Vieira
Presidente da APPA - Cultura & Patrimônio



Anjo da consolação.
Foto: Zé Rocha, Designer e Fotógrafo

Imagem de São Francisco em mármore branco
Foto: Zé Rocha, Designer e Fotógrafo



APRESENTAÇÃO

A publicação desta edição dos Cadernos do Patrimônio Cultural, cujo tema é o Cemitério do Bonfim, em Belo Horizonte, é o desdobramento de mais uma das iniciativas do IEPHA-MG com o objetivo de conhecer, promover e preservar o patrimônio cultural associado ao cemitério. O Bonfim é um bem cultural que agrega em torno de si elementos culturais de naturezas distintas, tanto materiais quanto imateriais. Fato que pode ser observado nas artes plásticas aplicadas aos seus túmulos, na imponência de seus monumentos e edifícios e também na subjetividade das crenças, hábitos, lendas, saberes, simbologias e tradições presentes naquele espaço. Um patrimônio cultural que deve ser compreendido de forma integral, com elementos intrinsecamente relacionados e em constante atualização, significando e ressignificando valores do bem cultural no tempo e no espaço.

O Cemitério do Bonfim é um espaço de recordação e reflexão, com diferentes dimensões memorialísticas e culturais. Sua importância é múltipla, abrangendo memórias e recordações expressas tanto em túmulos monumentais como em singelas sepulturas de alvenaria, sem ornamentos. O Bonfim é um ícone sócioartístico da capital mineira e representou, durante muito tempo, uma espécie de microcosmo da sociedade belo-horizontina e mineira, reproduzindo em escala diminuta e com as devidas particularidades, as diferenças sociais, econômicas e culturais observadas na cidade.

O Cemitério do Bonfim tem sido alvo de ações de proteção por parte do IEPHA-MG desde a década de 1970, quando o Edifício do Necrotério foi tombado, em 1977. Esse compromisso se intensificou em 2010, com o inventário dos jazigos e bens integrados, presentes em 18 quadras do cemitério. Em 2022, o Instituto ampliou seu olhar para os trabalhadores do Bonfim, reconhecendo-os como agentes essenciais nos processos de salvaguarda desse patrimônio. Por meio de instrumentos participativos de levantamento de referências culturais e de educação patrimonial, o IEPHA-MG buscou integrar esses profissionais, revelando todo o potencial do Bonfim como um cemitério vivo e dinâmico.

Assim, nesta edição apresentamos os resultados dessas etapas do inventário do Cemitério do Bonfim. Um dos intuitos é oferecer à sociedade um recorte do que foi apreendido nos trabalhos, além de estimular e fomentar a ampliação do conhecimento desse espaço que congrega em si diferentes elementos da cultura. A perspectiva é que a identificação desses bens culturais contribua, cada vez, mais para a adoção de medidas de proteção e de conservação do patrimônio cultural.

Por fim, esperamos que a leitura desta publicação permita aos leitores reflexões variadas a respeito da história, memória, representações da vida e da morte, as identidades construídas em torno de pessoas e espaços, e sobre as práticas culturais e patrimoniais em geral.

Boa leitura!!!



Vista de túmulos do Cemitério do Bonfim.
Foto: Zé Rocha, Designer e Fotógrafo

CEMITÉRIO DO BONFIM: o contexto da sua construção

[...] todo e qualquer cemitério, e particularmente o cemitério oitocentista, deve ser visto como um lugar por excelência de reprodução simbólica do universo social e de suas expectativas metafísicas (CATROGA, 1999, p.13).

Os cemitérios, em sua diversidade, são lugares de memória e, igualmente, configuram-se como ambientes de criação artística e arquitetônica, especialmente quando analisamos os cemitérios nascidos no século XIX, também conhecidos como oitocentistas e, em alguns cenários, cemitérios românticos.

Os cemitérios oitocentistas ou cemitérios românticos são aqueles espaços nascidos no decorrer do século XIX e carregam, em si, sentimentos que subjazem ao movimento romântico que marca esta época no mundo ocidental. Podem ser traduzidos como espelhos evocadores da emotividade, da melancolia e permanente reatualização da memória.

Os espaços de enterramento que se constroem em meados do século XIX, a despeito das diferenças locais, regionais e estruturais, carregam entre si elementos de interseção. Podemos destacar alguns destes pontos em comum, apontando para o fato de resultarem da mentalidade predominante naquele contexto, especialmente no tocante às medidas médico-sanitaristas orientadoras do melhor método para a inumação dos corpos mortos.

Outro ponto a evidenciar na compreensão dos cemitérios desse período histórico é o fato de serem espaços que traduzem desejos de vaidade, poder e glória, cristalizados nas construções tumulares. Assim, são depositários de obras artísticas de valor histórico e estético, que fazem deles lugares singulares, mercado de trabalho para artistas, marmoristas e construtores de túmulos.

Podemos também afirmar que os cemitérios do século XIX são lugares de teatralização e construção de cenários que nos possibilitam enxergar as sociedades, as cidades e as

peças que as habitam sob um novo ângulo: a perspectiva da morte. Todos os aspectos apontados anteriormente podem ser confrontados ao analisarmos a história de Belo Horizonte e o Cemitério do Bonfim, situado na capital mineira.

Belo Horizonte foi inaugurada no dia 12 de dezembro de 1897. Sendo uma cidade planejada, era a tradução do antigo projeto de transferência da capital colonial Ouro Preto para uma nova sede do poder político e administrativo do estado de Minas Gerais. Plano alimentado desde o movimento dos Inconfidentes (1789) e que se concretizou no crepúsculo do século XIX. O projeto republicano implantado naquele contexto teve como coordenador-chefe o engenheiro Aarão Reis (1853-1936), que inicialmente esteve à frente da comissão de estudo das localidades indicadas para a nova capital e, posteriormente, assumiu a chefia da Comissão Construtora da Nova Capital.

A historiadora Heliana Angotti Salgueiro afirma que a ideia alimentada por engenheiros, médicos, urbanistas e políticos transformou-se em “[...] desejo universal de modernizar as cidades” e assim investir em medidas que pudessem transformar e propor medidas urbanas e sanitárias típicas do “mundo civilizado” (SALGUEIRO, 2001, p. 136).



Mobilizadas pelo espírito de renovação, transformação e inauguração de novos modos de viver, deslocaram-se então para o território onde hoje se encontra a capital mineira, muitas pessoas de nacionalidades múltiplas, desejosas de participar do projeto.

A fim de atender às necessidades gestadas pela construção da capital, para lá transferiram-se artistas, artífices, construtores, técnicos, ou seja, um número significativo de profissionais movidos pela esperança de participar do processo de construção da cidade e do cemitério da capital, duas operações complementares e simultâneas.

E é esta simultaneidade que identificamos ao nos aprofundarmos no estudo da história do cemitério do Bonfim, localizado na região da Lagoinha e inaugurado no mesmo ano do nascimento oficial da capital mineira. O Bonfim é um lugar simbólico, patrimônio cultural urbano, testemunho de uma época e de comportamentos sociais relacionados aos costumes fúnebres, bem como à vida cultural, social e artística.

O Bonfim, também conhecido como Cemitério do Bonfim, é uma necrópole municipal. Foi inaugurado em fevereiro de 1897, sendo até a década de 1940, espaço único para



sepultamento da população belo-horizontina. Antes da inauguração, por ocasião das atividades de edificação da capital, um cemitério provisório foi instalado até que o definitivo estivesse pronto.

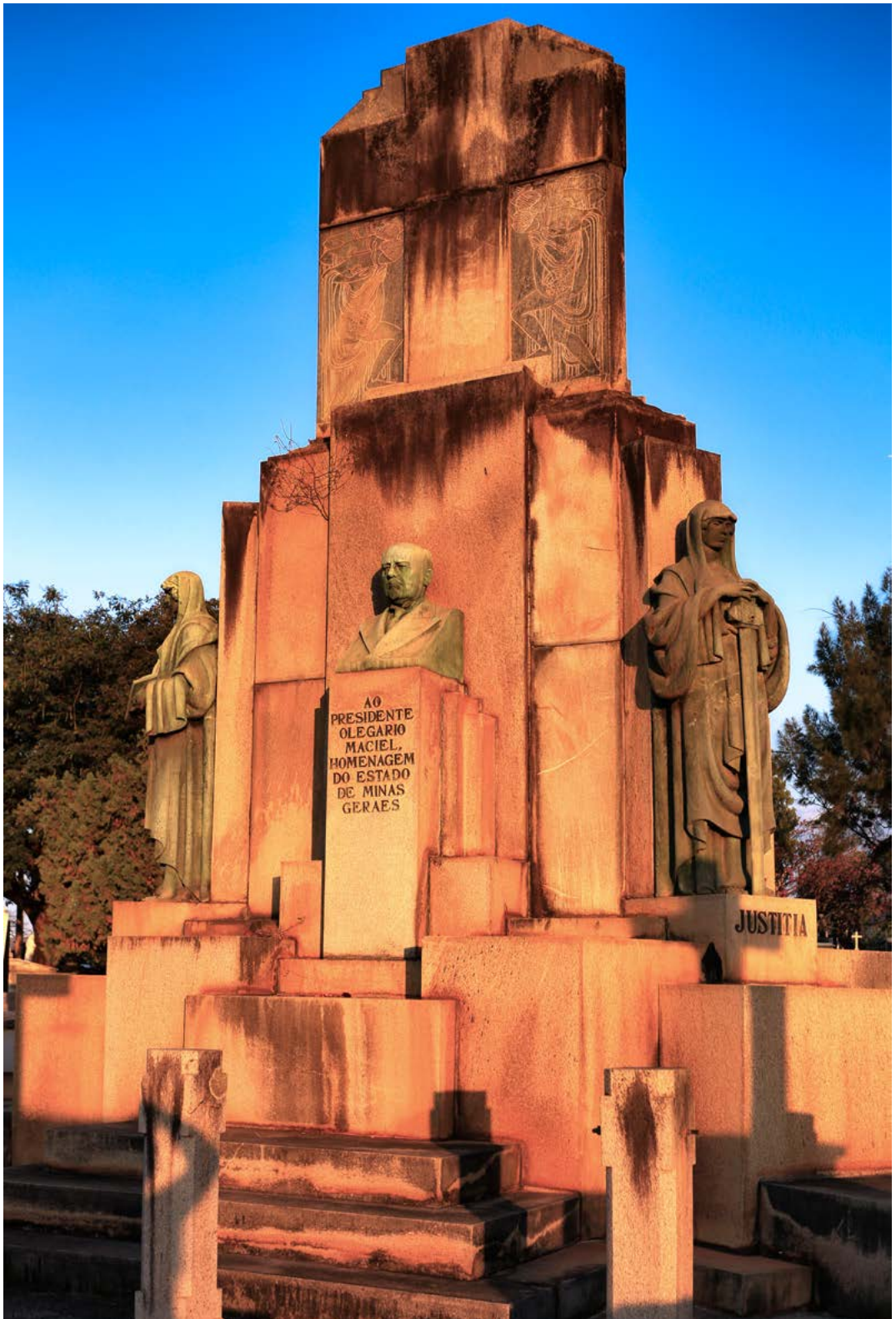
O cemitério provisório, inaugurado em meados de 1894, recebeu corpos até os primeiros dias de 1897. Foi instalado em pequena área de 40 metros de frente e outros tantos de fundo, no local onde hoje cruzam as ruas São Paulo, Tamoios, Rio de Janeiro e Tupis (BARRETO, 1995, p. 115).

A inauguração do cemitério definitivo se deu com o sepultamento da jovem Bertha Adèle Theresa de Jaegher (1877-1897), filha de um engenheiro belga, Joseph François Charles De Jaegher (1849-1923), prestador de serviços para a Comissão Construtora da Nova Capital, tendo atuado na condição de empresário representando a oficina belga SA Ateliers de Construction Forges et Acières de Bruges, por meio da qual importava material metálico, dentre outros suprimentos para a construção da cidade.

20

Bertha Adèle era filha de Joseph François Charles e Anne Cathérine Clara Fedhaus. Nasceu em 1877, em Bruges, Bélgica. A jovem menina era irmã de Marguerite, Clara e Frederic Guillaume. Faleceu, precocemente, no dia 06 de fevereiro, acometida pela febre Tipo Malária. Foi sepultada no Cemitério do Bonfim em 08 de fevereiro daquele ano. O espaço estava em construção. Este episódio é assim descrito no romance histórico de autoria da pesquisadora Beatriz de Almeida Magalhães: “O pai não quis que ela fosse para o cemitério provisório, fadado a desaparecer, pensou no futuro. Nem o médico da Comissão pensou no presente. Não achou conveniente, risco de contágio, exploração da imprensa. O recurso foi o cemitério novo. Puxado, chegar até a pé, mas não havia outro jeito, para aquele lado não tem ramal, a abertura das ruas vai lenta. Um mundaréu de gente de guarda-chuvas abertos, chuva fininha, uma desolação” (MAGALHÃES, 2009, p. 181-182).

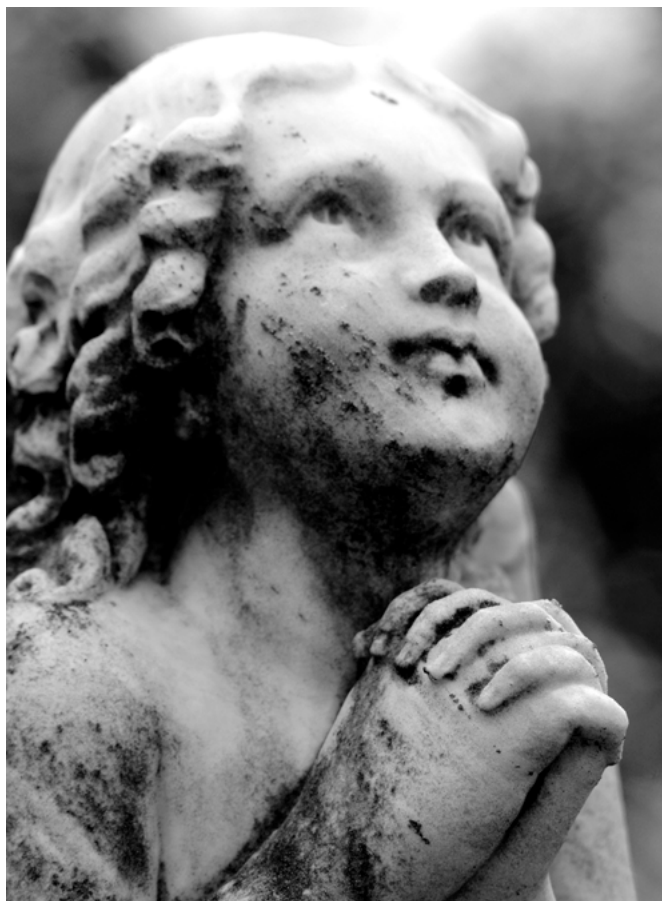
O cemitério municipal era parte do planejamento incorporado ao processo de construção da cidade e, neste sentido, também foi obra de pensamento. O terreno definido com área aproximada de 170.036 metros quadrados, num local conhecido como “Menezes”, distante 650 metros do perímetro urbano, foi o ponto escolhido. O lugar era alto e arejado, de solo seco e argiloso-arenoso, tendo em sua proximidade uma pedreira, o que facilitaria a construção. As obras de preparação dos terrenos e construção do cemitério e necrotério foram iniciadas tendo como empreiteiro o Conde de Santa Marinha (1850 -1900).



Com mais de 125 anos de existência e a despeito da idade, o Cemitério do Bonfim ainda é um cemitério vivo, ou seja, continua cumprindo sua função primordial de abrigar os mortos. Foi o único até 1942, ocasião em que foi inaugurado o Cemitério da Saudade, localizado na região sudeste da capital, na gestão do então prefeito Juscelino Kubitschek (1902-1976). Seguindo o curso natural da lógica do crescimento urbano e do movimento social, novos espaços de sepultamento foram surgindo na malha urbana da cidade.

O Bonfim já não é mais o único cemitério da capital mineira, entretanto, guarda consigo uma história que o transforma em espaço singular, pleno de significados e significâncias. Explorar este mundo de histórias e memórias possibilita a ampliação de nossa compreensão dos sentidos e significados da morte e, ao mesmo tempo, da complexidade e diversidade da vida.

Marcelina das Graças de Almeida
Coordenadora do projeto
“Cemitério do Bonfim: arte, história e educação patrimonial”



Estátua de criança em devoção
Foto: Acervo IEPHA-MG



Escultura de mulher abraçando a cruz e segurando uma corbelha de flores. Mármore branco
Foto: Acervo IEPHA-MG.

Escultura em bronze de Jesus pastoreiro
Foto: Zé Rocha, Designer e Fotógrafo



O INVENTÁRIO

O Inventário do Cemitério do Bonfim em Belo Horizonte (IEPHA-MG, 2010), realizado pela Gerência de Identificação e Pesquisa, do Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais – IEPHA-MG surgiu, entre outros motivos, pela necessidade de ampliar o conhecimento e consequente proteção de um importante espaço da capital mineira, que é o seu primeiro cemitério. Os símbolos, as memórias, os acontecimentos e as apropriações relacionadas ao Cemitério do Bonfim fazem parte do cotidiano e da história de Belo Horizonte e de Minas Gerais.

Para o IEPHA-MG, a relevância do Bonfim é marcada pelo tombamento do antigo edifício do Necrotério por meio do Decreto nº 18.531, de 2 de junho de 1977 (MINAS GERAIS, 1977). O Necrotério é uma edificação monumental, também conhecida como capela, e ao redor dela foram abertas as primeiras quadras do cemitério (MUNDIM, 2011). Apesar do reconhecimento da edificação como patrimônio cultural, existia a necessidade de se promover um levantamento e conhecer de forma sistemática o conjunto de jazigos, túmulos, mausoléus e outros bens culturais a ele integrados, que compõem o variado e rico acervo cultural da necrópole. Havia também uma necessidade urgente relacionada à preservação das peças em pedra e bronze, visto que o acervo existente no cemitério estava desaparecendo devido às frequentes depredações e furtos.

O instrumento utilizado foi o inventário, ferramenta de proteção que, entre outras funções, tem o objetivo de identificar e proteger o bem cultural, contribuindo para a elaboração de projetos com medidas ou ações no sentido de valorizar a memória e conservar o espaço. Nesse sentido, todo o levantamento das informações, os registros fotográficos e o trabalho de elaboração das fichas constituíram-se em um esforço para compreender esse acervo a fim de contribuir com ações de preservação da memória e da cultura material a ele relacionado.

O inventário se consolidou a partir da união entre a reflexão teórica e a realidade encontrada nos primeiros levantamentos de campo. Constatou-se, desde o início, a singularidade e a importância de cada túmulo presente no cemitério, uma vez que eles se relacionam simbólica, material e afetivamente à vida dos familiares e amigos dos sepultados.

Diante da vastidão do cemitério, com mais de 5 mil túmulos, foi necessário delimitar o escopo da pesquisa. Assim, o foco se voltou para características como a expressão da arte tumular, os materiais e técnicas utilizados, o destaque histórico e político e a ocupação das quadras. Esses valores, em conjunto, delinearão o patrimônio cultural associado ao Cemitério do Bonfim e nortearão a seleção dos túmulos inventariados.

Assim, o levantamento do acervo cultural do Cemitério do Bonfim levou em consideração **aspectos históricos**, da **expressão artística** e da **técnica ou material** utilizado na construção das peças. Critérios que não são excludentes e que se conjugam em muitos túmulos inventariados.

Em relação aos aspectos históricos, a seleção levou em conta os primeiros sepultamentos realizados no Bonfim e a história de vida de indivíduos, como comerciantes, artistas, intelectuais, políticos e religiosos que, de alguma forma, contribuem na compreensão da sociedade e coletividade do seu tempo.

Os critérios artísticos tiveram como base a dimensão e a expressão das estruturas e dos elementos decorativos de arte tumular, característicos de um estilo ou de uma época específica.

Conjugado ao aspecto artístico está o critério definido como técnica/material, que diz respeito à fatura, ou seja, um “saber fazer” que se relaciona diretamente ao tipo de material utilizado, como o mármore, o granito, a pedra sabão, o bronze e outros materiais presentes na confecção de muitas peças e que também trazem uma dimensão histórica e artística.

Somado aos critérios já mencionados, definiu-se o recorte da área inventariada (Mapa 01). Foram selecionadas duas áreas prioritárias: a primeira englobou as dez quadras no entorno imediato do edifício do Necrotério (Capela), que foram as primeiras quadras urbanizadas (área em amarelo), e a segunda área (em vermelho), que corresponde às oito quadras lindeiras à rua principal de acesso ao cemitério.

A área selecionada concentra bens culturais bastante representativos e a expectativa é que o levantamento seja continuamente apropriado e ampliado por outros atores sociais.



Detalhe de escultura de Anjo criança
Foto: Izabel Chumbinho

Como resultado, o **Inventário do acervo de estruturas arquitetônicas e bens integrados do Cemitério do Bonfim** identificou rico material artístico, histórico, iconográfico, simbólico, hagiológico e antropológico relacionado ao cemitério. No estudo foi possível identificar ainda diversas potencialidades para a pesquisa temática, como: a história dos artistas e marmoristas envolvidos na construção, o simbolismo presente nas figuras, os materiais utilizados na confecção das peças, as histórias de vida dos sepultados, a conservação de materiais, dentre outras.

Os desdobramentos do inventário podem constituir espaço para o desenvolvimento de diversas áreas do conhecimento, como a da restauração, da arquitetura, da museologia, da antropologia, da geografia, da história, do design e outros. Em linhas gerais, foram produzidas 515 fichas de inventário de bens integrados correspondentes aos jazigos e duas fichas de estruturas arquitetônicas, uma referente ao Cemitério do Bonfim e outra ao Necrotério.

Em 2022, com uma perspectiva ampliada de patrimônio cultural, o Cemitério do Bonfim foi revisitado com o objetivo de construir uma ação conjunta do poder público com a comunidade. Nesse contexto, foram realizadas oficinas de Inventário Cultural Participativo junto aos/às trabalhadores/as do cemitério. A experiência de inventário participativo aplicada no contexto do Bonfim buscou acessar de maneira dialógica e participativa seus/



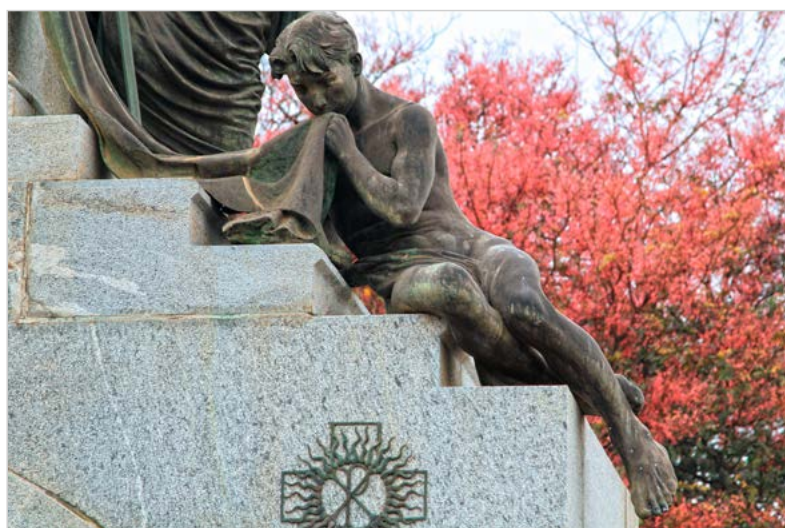
Mapa 01 - Áreas inventariadas: primeiras quadras urbanizadas (em amarelo) e quadras lindeiras à rua principal de acesso ao cemitério (em vermelho)

suas trabalhadoras/as do presente, tendo em vista a importância dos ofícios que realizam e que dão sentido à permanência do Cemitério do Bonfim como bem cultural de Belo Horizonte e de Minas Gerais.

A aplicação do Inventário Cultural Participativo envolveu distintas unidades do IEPHA-MG, como a Gerência de Difusão e Educação para o Patrimônio Cultural, da Diretoria de Promoção, e a Gerência de Identificação e Pesquisa, da Diretoria de Proteção e Memória, bem como uma parceria com o Programa de Educação Patrimonial do Cemitério do Bonfim e a Administração do Cemitério.

Participaram das oficinas cozeiros, capineiros, profissionais da limpeza e do setor administrativo, e tiveram com o objetivo de reconhecer e inserir seus ofícios na história do cemitério por meio da construção compartilhada de saberes. Neste sentido, se em um primeiro momento o IEPHA-MG voltou seu olhar aos ofícios artísticos que, no passado, contribuíram para a construção dos valores históricos e estéticos do Bonfim, em um segundo momento, o olhar voltou-se aos ofícios do presente que contribuem para a salvaguarda deste patrimônio cultural. A experiência do Inventário Participativo, somada à primeira etapa do levantamento dos bens materiais do Cemitério do Bonfim, permitiu uma abordagem ampliada e integral desse importante patrimônio cultural de Minas Gerais.

28 Por fim, vale lembrar que a identificação do acervo cultural do Bonfim, realizadas por analistas, técnicos e estagiários do IEPHA-MG, gerou uma extensa documentação. Por este motivo, neste Caderno serão apresentados recortes dos inúmeros e significativos dados coletados durante a pesquisa no Cemitério.



Jovem beijando o manto. Detalhe do Mausoléu de Raul Soares fabricado em bronze pelo artista italiano Ettore Ximenes. Foto: Zé Rocha, Designer e Fotógrafo



Estátua de Nossa Senhora da Conceição
Foto: Zé Rocha, Designer e Fotógrafo

O CEMITÉRIO COMO REFERÊNCIA CULTURAL

A cidade dos mortos antecede a cidade dos vivos. Num sentido, aliás, a cidade dos mortos é a precursora, quase o núcleo, de todas as cidades vivas (MUMFORD, 1965, p. 16).

As sociedades e os grupos sociais, em distintos contextos e tempos históricos, vêm construindo ideias, rituais e espaços específicos que deem conta da morte tornando-se parte do próprio processo de socialização (ELIAS, 2001). Especialmente, em se tratando do contexto ocidental moderno, a morte foi sendo considerada um assunto relacionado não apenas ao plano espiritual, mas uma questão relativa também ao campo da medicina e da saúde pública devendo, portanto, ser manipulada em locais apropriados.

As construções cemiteriais, enquanto lugares específicos para acomodação e gestão da morte, têm muito a dizer a respeito da experiência da morte e do morrer como um fato social total, já que é conformada por dimensões sagradas, econômicas, políticas, sociais, históricas, ambientais, jurídicas, comunitárias, artísticas, culturais, dentre muitas outras.

30 No Brasil, até fins do século XVIII, era comum a prática de enterros no entorno ou mesmo no interior de igrejas católicas, que eram locais importantes para o conjunto da vida sociorreligiosa das comunidades citadinas. Isso porque a crença cristã na ressurreição preconizava que o sepultamento próximo aos espaços sagrados acabava por aproximar o morto de Deus, além de não romper por completo a relação entre os vivos e os mortos (RABELO, 2014).

A partir do século XIX, amparado pela corrente filosófica do positivismo republicano, o Brasil passou a tratar a morte com um outro olhar, ou seja, pela lente de um discurso sanitário e higienista, tendo na medicina sua base científica. Nela, a prática de sepultamentos dos mortos no interior de igrejas passou a ser considerada nociva à saúde pública dos vivos. Assim, o discurso médico que afirmava a necessidade da construção de espaços próprios para tratar dos mortos passou a orientar as ações políticas e legislações foram criadas no sentido de proibir sepultamentos no interior ou nas imediações de templos religiosos.

Além das questões sanitárias relacionadas aos ambientes mal iluminados e pouco ventilados do interior das igrejas e dos cemitérios contíguos aos seus adros, propícios à contaminações e outras insalubridades



Detalhe de escultura em mármore de criança.
Acervo: IEPHA-MG

relativas ao processo de decomposição dos corpos, o republicanismo e seus ideais levaram também para a esfera da morte a secularização, que é a passagem do domínio religioso para o laico. Ou, pelo menos, tentaram levar. A morte e o que ela mobiliza se tornou um campo de disputa entre Estado e Igreja, desde os registros oficiais de óbito e as maneiras de velar os mortos até as formas e os locais de sepultamentos. Houve, inclusive, determinação expressa no artigo 72, § 5º da Constituição da República de 1891, que passou os cemitérios, obrigatoriamente, às administrações municipais.



Detalhe da escultura de Ettore Ximenes no túmulo de Raul Soares. Representa a figura da Pátria, ao centro, ladeada pela Força e pela Eloquência. Foto: Zé Rocha, Designer e Fotógrafo.

As transformações ideológicas à época em curso tiveram efeito direto também nos modos de pensar as cidades modernas, cujos projetos de construção acompanhavam o pensamento higienista. A cidade de Belo Horizonte e o seu cemitério municipal, que passou a ser chamado Cemitério do Bonfim em 1936 (QUEIROGA, 2021), o primeiro da Nova Capital, são um exemplo desse movimento, tanto ideológica quanto concretamente. Nesse contexto, o Cemitério do Bonfim funciona como uma espécie de microcosmo da sociedade reproduzindo, em uma escala diminuta e com as devidas particularidades, as diferenças sociais, econômicas e culturais observadas na cidade. Ademais, pode ser lido

como uma representação de ideias políticas e sociais fundamentais no transcurso da construção da Nova Capital mineira.

Nos moldes da ideologia republicana positivista, a concepção desse projeto pautava-se na utopia de uma cidade ideal, com espaços ordenados, iluminados e saneados, norteadas mais pela razão do que pelos dogmas religiosos e pressupostos espirituais. Assim como era preciso planejar a cidade dos vivos, a cidade dos mortos deveria ser ordenada e higiênica, racional e laica. Não por acaso, o cemitério foi construído na região que, no projeto da Comissão Construtora da Nova Capital, foi denominada zona suburbana, ou seja, fora dos limites do grande cinturão que demarca a zona urbana, e em terreno de topografia elevada. Ademais, o Bonfim não passou pelo processo de sacralização com o ritual de benzimento por um padre católico, não sendo considerado, portanto, um “campo santo”, denominação comumente dada aos cemitérios (ALMEIDA, 2015).

Concretamente, o Cemitério do Bonfim replica a geometria do espaço urbano de Belo Horizonte, com a alameda principal alinhada à Praça da Liberdade e áreas definidas, ainda que não claramente demarcadas, para o descanso eterno daqueles que estavam no topo da pirâmide social, para os trabalhadores e para os pobres, com diferenciação clara de práticas civis e religiosas. Dessa forma, também à necrópole foi legada a função de ser um espaço privilegiado de distintas disputas de poder (ROCHA, 2013).

32

O Cemitério do Bonfim é:

[...] composto por 54 (cinquenta e quatro) quadras divididas entre duas alamedas principais e diversas ruas secundárias. A parte central do cemitério é uma praça redonda ajardinada, tendo a imagem de Cristo, o Sagrado Coração, esculpida em bronze. Neste local está sepultado Otacílio Negrão de Lima (1897-1960), ex-prefeito de Belo Horizonte, à esquerda da praça, distando cinco quadras, encontra-se o prédio do necrotério. Trata-se de um prédio pequeno, construído dois anos antes da inauguração do cemitério. É o único bem tombado pelo patrimônio histórico naquele espaço. Predominam nas quadras localizadas nas alamedas principais os mausoléus, as capelas e sepulturas mais requintadas construídas com material nobre, muitas delas importadas de São Paulo, Rio de Janeiro e até mesmo do exterior. A maioria dos túmulos que ocupam estas quadras pertence às famílias influentes e importantes da capital mineira, bem como os túmulos - monumentos dedicados à nobreza política do Estado de Minas Gerais. Nas quadras mais afastadas da parte central e das alamedas encontramos sepulturas mais simples, destituídas de atributos e alegorias suntuosas (ALMEIDA, 2015, p.2).



A diversidade de sepulturas que compõem este lugar conjuga distintas realidades sociais, visíveis nos aspectos materiais dos túmulos, dos mais suntuosos aos mais simples, daqueles em excelente estado de conservação aos que se encontram em estado de completo abandono. Além das construções tumulares, a paisagem do cemitério do Bonfim é composta também pela arborização. As árvores estão localizadas na periferia dos quarteirões, salvo raras exceções, como o alto cipreste plantado na quadra 05, junto ao túmulo de Bertha Adèle Teresa de Jaegher, a primeira pessoa sepultada no Bonfim. Há também árvores frutíferas, como a goiabeira ao lado do túmulo de Irmã Benigna, que se tornou um ponto escolhido pelas pessoas para depositar suas lembranças de devoção.

Os túmulos se dividem em jazigos simples, duplos com sepulturas justapostas, mausoléus ou capelas particulares, urnas e monumentos funerários, além de raros exemplares de



covas rasas. À exceção das covas rasas e das urnas funerárias, todas as demais possuem caixas externas, denominadas “carneiros”.

Os jazigos pertencentes a famílias da elite política e econômica da Capital estão, em geral, localizados ao longo das duas vias principais ou próximos ao edifício do Necrotério, locais de destaque do cemitério. Os jazigos de famílias de origem social mais humilde e da classe trabalhadora encontram-se nas quadras “dos fundos”, ou seja, na periferia do espaço do cemitério. Isso mostra que a lógica de sepultamentos praticada nas igrejas, nas quais pagava-se mais para ficar próximo do altar, foi transposta para os cemitérios laicos, onde paga-se mais para estar próximo à alameda central, ao Necrotério e outros espaços “nobres”, conformando uma hierarquia socioespacial.



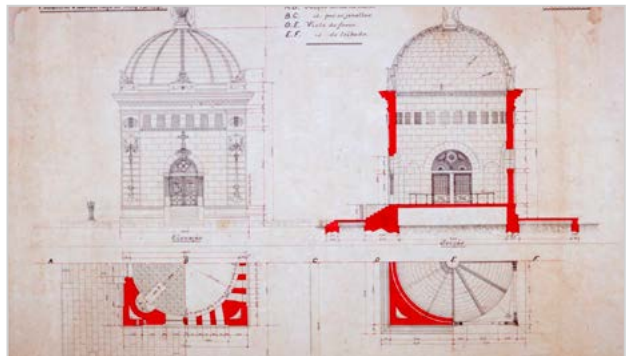
Como o Cemitério do Bonfim funciona pelo sistema de concessão de jazigos perpétuos, observa-se que a espacialização social *post-mortem* também é um campo de disputas. Muitas famílias fazem exigências e demandas por jazigos localizados nas áreas consideradas nobres, ainda que não possuam concessões de túmulos ou espaços vagos nesses locais privilegiados. No entanto, essas exigências encontram no regulamento uma barreira intransponível, pois a não ser que alguma concessão seja retomada pela administração cemiterial e repassada à família demandante, não há possibilidade de transferência de concessão entre famílias ou disponibilização de novos jazigos, o que torna esses espaços ainda mais exclusivos.

Esse tipo de demanda [por localização dos jazigos] não acontece nos cemitérios parque da cidade, “pois a grama de ninguém será mais verde que a do vizinho, [pois] no parque a morte realmente iguala a todos”, conforme pontuou Márcio Adalto Dutra de Oliveira, gerente interino do Cemitério do Bonfim, durante entrevista realizada no ano de 2022.

36 Além da espacialização dos mortos, a diferenciação social também está evidenciada na arquitetura tumular, na utilização de técnicas e de materiais construtivos, além da presença ou não de esculturas e obras de arte que conferem distintividade social. Uma vez atingido o objetivo de obtenção de um lugar privilegiado no cemitério, passa-se à construção tumular, que busca demonstrar na suntuosidade das sepulturas a manutenção *post-mortem* de sua creditada posição na hierarquia social em vida.

No contexto da espacialidade e da organização do Cemitério, é importante ressaltar o edifício do Necrotério, uma das primeiras construções projetadas e executadas pela Comissão Construtora da Nova Capital, estando, portanto, no cerne do nascimento da cidade de Belo Horizonte. O Necrotério norteou a ocupação do espaço cemiterial, tendo nas quadras adjacentes a ele as primeiras numerações. Falar desse edifício é também trazer à tona a discussão sobre a pretensa laicidade do Bonfim.

Os usos do edifício do Necrotério variaram com o tempo, já que, com a criação da Faculdade de Medicina e do Instituto de Medicina Legal, ele logo deixou de exercer sua função original. Assim, serviu como capela para velórios até a construção das assistências funerárias no entorno imediato do cemitério, e atualmente não possui uso específico, sendo por vezes utilizado para alguma atividade pela administração. Dado seu valor histórico e artístico, o prédio foi tombado pelo IEPHA-MG por meio do Decreto nº 18.531 de 02/06/1977, juntamente com os passeios externos em pedra, as piras, as partes em cantaria, a cobertura metálica e a decoração.



Edifício do Necrotério do Cemitério, também conhecido como capela.
Vista interna do prédio do Necrotério. Fotos: Acervo IEPHA-MG

Planta e corte do Necrotério.

Fonte: MUSEU HISTÓRICO ABÍLIO BARRETO. Cemitério Municipal Necrotério.
CC DT 09 011. Engenheiro arquiteto José de Magalhães. 25/01/1895

A MATERIALIDADE NO CEMITÉRIO: ARTISTAS, MARMORISTAS, DEVOÇÕES E SÍMBOLOS

Um olhar mais detido dos que percorrem as quadras do Cemitério do Bonfim em Belo Horizonte pode revelar belos exemplares de artes aplicadas e estilos variados de ornamentação dos túmulos. Numerosas obras de arte compõem a paisagem, na forma de esculturas, imagens, efígies, medalhões, estátuas, vitrais, bustos etc., produzidos com materiais diversos: mármore, pedra-sabão, granito, bronze, ferro, madeira, gesso, entre outros.

A arte tumular, a despeito de sua suntuosidade ou simplicidade, traz à tona uma das peculiaridades do Cemitério do Bonfim e de outros cemitérios oitocentistas, qual seja: a contradição entre o que esses elementos artísticos evocam e a racionalidade que norteia o ordenamento do espaço cemiterial. Os significados e simbolismos presentes nas peças ornamentais remetem a aspectos espirituais, religiosos, emocionais, sentimentais e memorialistas essencialmente românticos: são anjos, colunas partidas, santos, imagens de Cristo, dentre outras, que se opõem aos preceitos da implantação do cemitério orientados pela ideologia positivista. Ao longo do inventário, as iconografias utilizadas nos túmulos foram identificadas (quadro abaixo). As iconografias de Jesus Cristo, Sagrado Coração de Jesus e Anjo foram as mais encontradas dentre as esculturas que fizeram parte do levantamento realizado nos jazigos inventariados.

38

Iconografias e elementos artísticos encontradas no Inventário	
Anjo - 39	N. Senhora da Conceição - 19
Anjo criança - 29	N. Senhora da Piedade - 06
Busto masculino - 13	N. Senhora das Graças - 07
Criança - 14	N. Senhora de Lourdes - 06
Crucifixo - 37	N. Senhora do Carmo - 09
Cruz - 125	Sagrada Família - 15
Figura feminina - 35	Sagrado Coração de Jesus - 45
Figura feminina - 16	Santa Teresinha - 12
Jesus Cristo - 55	Santo Antônio - 11
Medalhão - 20	São José - 12
Mulher Pranteadora - 22	Pira - 14
N. Senhora da Aparecida - 05	Vaso - 33



Assinatura Laurindo Galante
Foto: Acervo IEPHA-MG



Escultura em bronze da Pietá
feita pelo artista Laurindo Galante.
Foto: Zé Rocha, Designer e Fotógrafo

A arquitetura tumular, portanto, criou todo um universo de produção artística que mobilizou o trabalho com determinados tipos de materiais nobres, executado por artistas de prestígio na época. Ainda hoje é possível observar algumas poucas marmorarias no entorno imediato do Cemitério, vestígios de uma época de intensa atividade voltada à arte tumular aplicada.

Em geral, as obras existentes no Cemitério que fazem parte do inventário realizado pelo IEPHA-MG foram produções compartilhadas por diversos profissionais, dada a diversidade de materiais utilizada em sua composição. Quanto ao processo de confecção das peças, sabe-se que os marmoristas ficavam responsáveis pela estrutura e pelo acabamento do túmulo, enquanto alguns artistas associados trabalhavam na confecção de peças em pedra e metal. Muitos destes construtores envolvidos na confecção dos túmulos também estavam trabalhando na construção das primeiras edificações da Nova Capital.

Algumas das peças tumulares, por outro lado, foram encomendadas no Rio de Janeiro e em São Paulo, e outras tantas feitas por artistas com residência em Belo Horizonte, como é o caso do austríaco João Amadeu Mucchiut. Outro artista relevante na época era Ettore Ximenes, responsável pela arte do túmulo do político Raul Soares, um dos que mais chama a atenção dos observadores do Cemitério. Além desses nomes, outros artistas, muitos dos quais estrangeiros, também contribuíram com suas produções para que o Bonfim seja considerado um museu a céu aberto, como mostra o quadro a seguir. O conhecimento sobre a vida e a obra desses artistas relaciona-se indiretamente com os valores e gostos que permeavam a sociedade no momento de confecção das peças. E é neste sentido, que apresentamos notas biográficas de alguns desses artistas.

40

Artistas identificados pelo inventário
A.M. Wolff - 1 placa
Carlos Simi Stor - 4 placas
Ettore Ximenes - 1 placa
Fortemente - 2 placas
Heitor Usai - 3 Jesus Cristo
João Scuotto - 4 placas
Jeanne Louise Milde - 2 placas
João Amadeu Mucchiut - 3 placas
José Scarlatelli - 2 bustos
L. Galante - 3 placas
Lucy Serpa de Andrade - 1 cruz
Prof. Giusepe Navone - 1 urna
Virgílio - 1 figura feminina



Assinatura Jeanne Louise Milde.
Assinatura Carlos Simi Stor.
Assinatura João Scuotto.
Foto: Acervo IEPHA-MG



Mulher abraçada a cruz. Mármore branco.
Foto: Acervo IEPHA

Artistas

Laurindo Galante (1905-1970)

Filho de imigrantes italianos, o artista, que nasceu e faleceu em São Paulo, destacou-se pela arte da fundição em bronze, mas também se dedicou à pintura e à escultura, e tem obras em diversos lugares do país e do exterior. Iniciou seus estudos com Ferdinand Frick, importante escultor sueco que viveu e lecionou no Brasil nos anos 1930. Frick e Galante trabalharam juntos nas obras da Catedral da Sé em São Paulo (OBRAS, 1997). No processo de Inventário do Bonfim foram localizadas três peças da autoria de Galante, sendo uma delas a representação clássica de Nossa Senhora da Piedade, datada de 1932. A inscrição “Le repos du Forgeron” - O descanso do ferreiro - grafada em placa aos pés da escultura realizada por Laurindo Galante, remete às atividades desenvolvidas pela família Gerspacher, que no início do século XX esteve ligada à metalurgia e à fabricação de ferro em Minas Gerais.



Foto: Acervo IEPHA-MG

42

João Amadeu Mucchiut (1878-1938)

Nascido em Gradisca, Áustria, foi um dos importantes escultores com obras no Cemitério do Bonfim. Ao que parece, o artista, que passou pela Escola Industrial de Trieste, Itália, migrou para o Brasil no final do século XIX, período em que a cidade de Belo Horizonte acabava de ser construída. Além de obras feitas no Rio de Janeiro e em algumas cidades no interior de Minas Gerais, o escultor austríaco assinou



João Amadeu Mucchiut
Foto: Acervo IEPHA-MG

várias peças em mármore na capital mineira, tais como a ornamentação do altar-mor da Igreja Matriz de São José (1929), a fachada da Basílica de Nossa Senhora de Lourdes (1916/1922), assim como a decoração da Academia Mineira de Letras (antigo Palacete Borges da Costa).

No Bonfim, diversas obras têm sua autoria atribuída a Mucchiut, como os túmulos da Família Muzzi, com esculturas em pedra sabão, do fotógrafo e marmorista Estevão Lundardi, onde o autor esculpiu, em mármore branco, uma figura feminina abraçada à cruz latina em forma de árvore da vida. Entre suas obras consta ainda seu próprio túmulo e de sua esposa Amabele, feito em granito cinza liso, polido e ornamentado com esculturas de granito apicoado. Seus trabalhos têm como característica a opção por flores, folhas, anjos, guirlandas e pássaros, elementos que investem pureza e leveza aos espaços fúnebres. Além das obras individuais, o artista também trabalhou em conjunto com os Irmãos Natali e com a Família Bottaro, grandes marmoristas da época, e com Pongetti, de quem foi sócio em uma marmoraria e oficina de esculturas localizada à Rua Araguari, nº 47, esquina com a Avenida Bias Fortes.

Heitor Usai (1899-1989)

Heitor Usai, escultor ítalo-brasileiro, nasceu em Sassari, na Itália, e veio para o Brasil com 28 anos. Usai aprendeu o ofício ainda novo, na Sardenha, com seu pai Antonio Usai. Ao longo da vida se notabilizou com várias obras religiosas e tumulares em todo o país, tendo entre as mais importantes o monumento a José Anchieta, em São Paulo (1954) e os detalhes do túmulo de Ari Barroso e Carmem Miranda no Cemitério do Caju, no Rio de Janeiro (PONTUAL, 1969). Fez parte da Academia Brasileira de Belas Artes (ABBA) na década de 1970.



Foto: Acervo IEPHA-MG

No Inventário foram identificadas 03 peças em bronze de Heitor Usai. O destaque é para um medalhão que apresenta em primeiro plano o perfil de Jesus Cristo, voltado para a esquerda e inclinado. A cabeça está coberta por uma coroa de espinhos e os cabelos são longos, ondulados e caídos sobre os ombros. O rosto é barbado, com barba bipartida, olhos fechados, cavidades oculares profundas, nariz comprido, alteado e lábios e queixo salientes. O pescoço está desnudo, arrematado por uma gola circular, com borda larga e lisa. Em segundo plano, identifica-se um halo circular maciço inserido no interior de uma cruz grega.

Jeanne Louise Milde (1900-1997)

A professora e escultora Jeanne Louise Milde tem grande importância no cenário das artes em Minas Gerais. Nascida na Bélgica, cursou a Real Academia de Belas Artes de Bruxelas no ano de 1926. Já nessa época recebeu prêmios do governo belga e da Academia de Belas Artes e participou de diversas exposições, inclusive em Paris, no *Salon de La Societé Française de Beaux-Arts*.

Em 1929, Jeanne Milde viajou para o Brasil compondo a Missão Pedagógica Europeia, constituída por professores europeus que participaram da reforma educacional de Minas Gerais, proposta pelo então governador Antônio Carlos. Em Belo Horizonte, lecionou na Escola Normal Modelo, atual Instituto de Educação, dedicando-se à arte, à cultura e ao ensino.

Foi a primeira mulher a se estabelecer na Capital de Minas como artista profissional, inaugurando e ampliando o espaço de participação feminina no movimento modernista mineiro. Ao longo de sua carreira na capital mineira, Mademoiselle Milde, como era conhecida, recebeu vários prêmios, sendo homenageada até o fim de sua vida, aos 97 anos.

Considerada uma das precursoras do modernismo em Minas Gerais, a artista deixou obras em vários espaços da capital: parques, praças, jardins residenciais, no Museu Mineiro, no Instituto de Educação e



Foto: Acervo IEPHA-MG.

no Cemitério do Bonfim, onde fez obras ornamentais em bronze, mármore e granito (RODRIGUES, 2003).

Entre as obras nas quais deixou sua assinatura, destaca-se a da escultura do professor e advogado Francisco Campos, responsável pela vinda de Milde para o Brasil. Outra escultura de destaque é a do escritor Achilles Vivacqua. Vivacqua pediu à família que em seu túmulo fosse gravado um poema de sua autoria intitulado “Minha última oferenda a ti”, como forma de homenagear sua mãe. O trabalho foi contratado em 1944, junto à Casa Lunardi, pela quantia total de Cr\$10.000,00, que repassaria Cr\$ 4.000,00 a Milde pela escultura¹.



Obra em bronze de Jeanne Louise Milde no túmulo do escritor Achilles Vivacqua.
Foto: Acervo IEPHA - MG

“Minha última oferenda a ti”... Colhe, na palma branca da tua mão, enquanto é tempo, estas lágrimas que brotam no canto dos meus olhos. Receio que elas se derramem pela minha face e se percam, para sempre, na poeira, antes que tu consigas ver a tua imagem debruçada sobre o brilho polido delas... a tua imagem que é a forma da minha vida... Colhe-as na palma quente da tua mão, sem demora ó Mãe! Como a minha última oferenda a ti...

Achilles Vivacqua

NOTA

¹Arquivo particular Dona Eunice Vivacqua. ALMEIDA, Marcelina das Graças de. Imagens fotográficas - a presença do ausente. In: XXVI SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 2011, São Paulo. Anais do XXVI Simpósio Nacional da ANPUH - Associação Nacional de História. São Paulo: ANPUH - São Paulo, 2011. v. 1. p.14

Achilles Vivacqua

Importante escritor do movimento modernista mineiro, Achilles nasceu no dia 02 de janeiro de 1900, na cidade de Rio Pardo (ES), atual Muniz Freire. Mudou-se aos 20 anos para Belo Horizonte com toda sua família para tratamento de uma tuberculose, passando a residir na Rua Gonçalves Dias, nº 1.218. O escritor juntou-se a outros intelectuais da cidade e logo sua residência passou a ser conhecida como o Salão Vivacqua, um espaço de cultura e saber. Entre os frequentadores assíduos estavam Carlos Drummond de Andrade, Pedro Nava, Abgar Renault, dentre outros. Achilles Vivacqua colaborou em diversas revistas como: a Revista Verde, de Cataguases, revista Cidade Vergel, Leite Criôlo e outros, foi também redator-secretário do periódico Semana Ilustrada. Publicou um único livro: Serenidade, em 1928, dedicado à memória da avó paterna, dona Margarida. A obra reúne seis textos poéticos, de tamanho mediano. Morreu em dezembro de 1942, na cidade de Belo Horizonte.

Ettore Ximenes (1885-1926)

Ettore Ximenes foi um escultor, pintor e professor nascido em Palermo, Itália, e falecido em Roma. Estudou na Academia de Belas Artes entre 1868 e 1871, em sua cidade natal, onde foi discípulo do escultor Vincenzo Ragusa. Entre os anos de 1872 e 1874, Ximenes viveu em Nápoles, onde foi aluno do pintor Domenico Morelli e do escultor Stanislao Lista. Em Paris, por volta de 1878, manteve contato com os escultores Auguste Rodin e Jean-Baptiste Carpeaux. Após esse período, o artista recebeu auxílio do governo italiano e transferiu-se para Florença, onde desenvolveu trabalhos como ilustrador para a revista *Illustrazione Italiana*. De 1885 a 1894 foi diretor e professor de escultura no Istituto Statale d'Arte, em Urbino, Itália.



Ximenes foi autor de diversos monumentos públicos na Itália, em Buenos Aires, Argentina, em Kiev, Ucrânia, e em Nova York, Estados Unidos. De 1919 a 1926 o artista viveu no Brasil, onde trabalhou nas cidades de São Paulo e Belo Horizonte. Na capital paulista, em parceria com o arquiteto Manfredo Manfredi, elaborou o Monumento à Independência do Brasil, erguido no bairro do Ipiranga (ALMEIDA, 2007), e o Monumento à Amizade Sírio-Libanesa, obra que fez parte das comemorações do centenário da Independência do Brasil.

Em Belo Horizonte, Ettore Ximenes assinou a obra monumental do mausoléu edificado em 1925, em homenagem ao político Raul Soares, falecido no ano de 1924. A obra, de grande destaque no Cemitério do Bonfim, foi fruto da conquista de um concurso promovido pelo governo do estado de Minas Gerais para a construção do monumento fúnebre. O jazigo foi inaugurado no dia 03 de junho de 1926 e contou com a presença de várias personalidades políticas, eclesiásticas e da sociedade belo-horizontina em geral.

João Scutto (1901-1982)

De família italiana, João Scutto nasceu na cidade de São Paulo. Seu avô paterno, Francisco Scutto, um conhecido escultor em Nápoles, na Itália, foi convidado a participar das obras do Teatro Municipal de São Paulo pelo então presidente Rodrigues Alves. O escultor napolitano recusou a oferta, mas indicou seu filho Alfredo Scutto para realizar as obras em seu lugar. Acompanhado pela esposa e suas filhas, Alfredo mudou-se para o Brasil e se instalou em São Paulo, cidade na qual deu continuidade às suas atividades escultóricas e onde veio a nascer seu filho, João Scutto. Alfredo Scutto mudou-se com sua família para o Rio de Janeiro, onde João começou a aprender o ofício de escultor com o seu pai.

Na década de 1950, João Scutto e sua família mudaram-se para Belo Horizonte, após aceitar um convite de Ernesto Natali para trabalhar em sua marmoraria.

Trabalhando com os irmãos Natali, Scutto desenvolveu suas habilidades artísticas e produziu esculturas que ornamentam túmulos no Cemitério do Bonfim. Dentre as obras tumulares destacam-se as que estão no Mausoléu da Congregação Franciscanas Alcantarinas, com ornamentos feitos em bronze fundido.

O escultor possuía talento excepcional para executar retratos, e suas obras, a maioria esculpida em bronze, podem ser reconhecidas pela força e expressividade. Além das esculturas do Cemitério do Bonfim e dos trabalhos com os irmãos Natali, João Scutto prestou serviços em outros espaços da cidade e teve seu ateliê próprio no bairro da Floresta. Entre as obras existentes na capital mineira, cita-se o Monumento ao Expedicionário (1952), inaugurado na Praça Rio Branco (atualmente, na Avenida Francisco Sales, bairro Floresta); o busto de Américo Renné Gianetti, presente no Centro de Formação Profissional, localizado na Avenida Antônio Carlos, no bairro Lagoinha; e o Cristo Redentor (1956) situado do bairro Milionários, na região do Barreiro. O escultor também desenvolveu trabalhos nas cidades de João Pessoa (PB), Fortaleza (CE), Rio de Janeiro (RJ) e São Paulo (SP).



Busto de João Scutto
Foto: Acervo IEPHA-MG

José Scarlatelli (1854-1927)

De origem italiana, o escultor industrial e marmorista José Scarlatelli mudou-se para o Brasil e inicialmente se instalou em Vitória (ES), onde realizou algumas obras públicas. Morou por certo tempo na cidade mineira de Juiz de Fora antes de se mudar para Belo Horizonte, em 1901, cidade em que faleceu. O artista trabalhou durante as primeiras décadas do século XX, período no qual foi dono da Marmoraria e Fábrica de Ladrilhos J. Scarlatelli & Cia., localizada na Rua da Bahia.

A marmoraria produzia pedestais, imagens, urnas, pirâmides, vasos, entre outros artefatos. Em junho de 1904, Scarlatelli assinou contrato com a Prefeitura Municipal para a execução do túmulo dedicado à memória de Francisco Silvano de Almeida Brandão, ex-presidente do estado de Minas Gerais.

Francisco Silvano de Almeida Brandão nasceu em 7 de março de 1848 e morreu em Belo Horizonte, no dia 25 de setembro de 1902. Médico e político, foi presidente do estado de Minas Gerais entre 1898 a 1902. Foi eleito vice-presidente da República na chapa de Rodrigues Alves, para o mandato de 15 de novembro de 1902 a 15 de novembro de 1906.

Giuseppe Navone (1885-1917)

No Cemitério do Bonfim também são encontradas algumas poucas obras tumulares importadas, dentre elas a do escultor Giuseppe Navone, nascido em Gênova, Itália. Ele é autor de um dos monumentos mais conhecidos do Cemitério Monumental de Staglieno, em Gênova, um dos maiores cemitérios da Europa. No Brasil, sua obra está presente no Largo do Machado, na cidade do Rio de Janeiro, na estátua de Nossa Senhora da Conceição em mármore branco. No Bonfim, encontra-se o jazigo do Coronel Ignácio de Magalhães, obra que foi esculpida a partir de um único bloco de pedra, utilizando a técnica de cinzelamento, que consiste na retirada de material até atingir a figura idealizada. A assinatura do túmulo foi inscrita como Prof. G. Navone.

Marmoristas e construtores

O trabalho dos artistas no Cemitério do Bonfim quase sempre estava vinculado às grandes marmorarias que prestavam serviço, não somente no cemitério, mas em toda a capital (ver quadro abaixo). Essas empresas se instalaram logo nos primeiros anos da construção de Belo Horizonte e seguiram fornecendo materiais e serviços durante muitos anos. No rol desses estabelecimentos destacavam-se a Marmoraria São José da família Bottaro os Irmãos Natali, os Lunardi, e a Marmoraria Horizontina, de Paulo Simoni. Muitos desses estabelecimentos forneciam também outros serviços e materiais, o que revela um conhecimento sobre uma rede de trabalhos e serviços que ocorriam no cemitério, mas também em diversos outros setores da sociedade.

50

Marmoristas e construtores identificados pelo Inventário
Casa Maia Mármore e Granitos
Construtores Campos e Silva & Cia - Antônio Franco
Irmãos Natali
J. F. Oliveira
Marmoraria Acreana
Marmoraria Artesanato Ltda
Marmoraria Horizontina, de Paulo Simoni
Marmoraria Miranda
Marmoraria Pongetti & Maselli
Marmoraria São Geraldo
Marmoraria São José - Bottaro
Marmoraria Carrara Scalabrini
Officina de cantaria Manoel de S. Martins
Officinas Lunardi Estevão - BH

Marmoraria Lunardi

A família Lunardi teve grande importância na história da construção da cidade de Belo Horizonte e do Cemitério do Bonfim. Estevão Lunardi, italiano nascido em Pádua, veio com a família para o Brasil e fixou-se em Belo Horizonte. Em 1896, fundou com Elpídio Machado a empresa Lunardi & Machado, que produzia ladrilhos policrômicos, prensados,

mosaicos, pedras, artefatos de cimento, gesso e areia, e que deu origem à Marmoraria Lunardi, inaugurada em 1899, com sede à Rua dos Caetés, nº 137. A Marmoraria Lunardi foi responsável por várias obras, como a Estação Central do Brasil (1922), piso e escadaria do Palacete Borges da Costa (Atual Academia Mineira de Letras), revestimento interno do edifício Acaiaca, piso e revestimento da Galeria do Ouvidor, entre outros. Estevão Lunardi também foi fotógrafo e registrou vários postais de Belo Horizonte. Faleceu no ano de 1942. A Marmoraria foi vendida em 2003 (GROSSI, 2005).

Marmoraria São José/Bottaro & Cia

A Marmoraria São José é oriunda da antiga empresa Martini & Bottaro, que forneceu peças de mármore para projetos construtivos, obras sacras e tumulares e outras obras na capital mineira. A empresa tinha como fundadores os irmãos Giuseppe, Alessandro e Umberto Bottaro, que trouxeram o ofício de marmorista de Pádua, Itália. Giuseppe Bottaro também é apontado como executor de algumas peças em mármore existentes no Cemitério do Bonfim (GROSSI, 2005).

51



Placa da marmoraria São José / Bottaro & Cia. Foto: Acervo IEPHA - MG

Irmãos Natali

Os Irmãos Natali – Ernesto, Trento, Carlos e Augusto – foram escultores marmoristas, emigrantes italianos, oriundos de Roma, Itália. Tiveram importante participação na construção da cidade de Belo Horizonte. Os irmãos instalaram-se, inicialmente, na rua dos Goitacazes e logo tiveram uma grande demanda por serviços. Os Natali foram responsáveis pela construção de inúmeros túmulos no Cemitério do Bonfim, mas também tiveram grande participação na construção civil. Realizaram obras no Minas Tênis Clube, Banco Mineiro da Produção, Santa Casa de Misericórdia, altar da capela do Palácio Cristo-Rei da Cúria Metropolitana, Museu de Arte da Pampulha (antigo Cassino), entre outros. Ao longo dos anos, a empresa cresceu e ocupou vários espaços na cidade, como o galpão na rua dos Tupis e na rua do Bonfim. Os Irmãos Natali trabalharam também com grandes artistas, como Luiz Sordile e João Amadeu Mucchiut (IEPHA-MG, 1997; GROSSI, 2005).



Placa da marmoraria Irmãos Natali. Foto: Acervo IEPHA-MG

Marmoraria Horizontina – Paulo Simoni

A Marmoraria Horizontina era uma das empresas do italiano Paulo ou Paolo Simoni, natural da região de Comacchio, na Itália, que chegou ao Brasil em 1882, ainda criança. O empresário tinha várias atividades econômicas reunidas no chamado Estabelecimento Industrial Mineiro, conglomerado que administrava os vários negócios do italiano (BRASIL, 1936). No Cemitério do Bonfim, a Marmoraria Horizontina foi responsável pela execução de vários trabalhos.



Escultura de criança em mármore branco.
Foto: Zé Rocha, Designer e Fotógrafo

OLHARES E USOS DO BONFIM: imaterialidades e transformações

O Cemitério do Bonfim, além dos aspectos materiais, que são evidentes, reúne em torno de si uma série de aspectos intangíveis, tão significativos quanto aqueles, que fazem desse lugar uma importante referência cultural da cidade de Belo Horizonte. Um primeiro ponto a destacar, nesta perspectiva, são as expressões da oralidade popular construídas em torno da mística presente no espaço cemiterial, sobretudo, por meio de lendas e de “causos de mal assombro”. Neste sentido, a lenda da Loira do Bonfim é uma das mais conhecidas e compõe o imaginário coletivo a respeito desse lugar.

Já os rituais e as devoções desenvolvidos no interior e no entorno desse cemitério desfazem qualquer certeza de um espaço desprovido de significados sagrados. Além da infinidade de simbologias sacras, o Bonfim é lugar de práticas devocionais consideradas “marginais”, porque manifestam a fé do povo em figuras santas e milagreiras que não estão submetidas à estrutura de poder da Igreja (LIMA, 2012). Assim, os túmulos da Menina Marlene, da Irmã Benigna e do Padre Eustáquio são locais de peregrinação no contexto do Cemitério do Bonfim, atraindo devotos que creem nos milagres realizados.

54

Práticas devocionais e religiosas: os jazigos mais visitados

No Cemitério do Bonfim são estabelecidas múltiplas relações. Dentre elas, destacam-se as práticas devocionais e religiosas desenvolvidas em torno dos túmulos da Irmã Benigna, do Padre Eustáquio e da Menina Marlene, figuras reconhecidas por seus milagres. Os três jazigos são os mais visitados do Bonfim, principalmente por fiéis que relatam terem suas preces atendidas.

Marlene Santos morreu com 13 anos de idade e frequentemente em seu túmulo se vê pedidos de intercessão. Padre Eustáquio, por sua vez, faleceu no Sanatório Minas Gerais e a devoção dos seus fiéis se dá pela crença nas suas bênçãos e curas. Maria da Conceição Santos, mais conhecida como Irmã Benigna, nasceu no município de Diamantina e desde muito cedo mostrava interesse pela vida religiosa. Sempre teve sua imagem associada a obras de caridade, sendo reconhecida também como “Santa da Fartura”, por sempre alimentar os pobres e necessitados. Faleceu em 1981, aos 74 anos, por problemas cardíacos.

A devoção dedicada a essas figuras e a crença em seus milagres contribuiu para a construção simbólica do Cemitério do Bonfim como um espaço de celebração, agradecimento e religiosidade, dando aos túmulos um caráter sagrado e devocional.

Escultura em mármore branco de Santa Terezinha
Foto: Zé Rocha, Designer e Fotógrafo



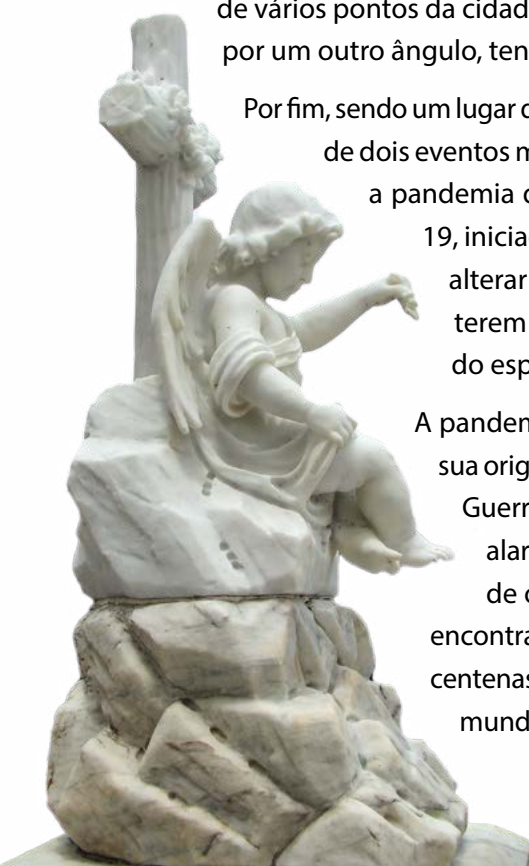
O espaço do cemitério é igualmente importante para os cultos de religiões afro-brasileiras, sendo morada de entidades “que ocupam o portão, os túmulos, os muros, o cruzeiro, as ruas, as encruzilhadas, ou seja, aquilo que faz parte da geografia da necrópole é domínio destes espíritos” (JÚNIOR, 2021, p. 22). Assim, fazem parte da paisagem do Bonfim oferendas a entidades como exus, pomba-giras, pretos velhos e pretas velhas, sendo a encruzilhada onde se localiza o edifício do Necrotério um lugar bastante utilizado para essa finalidade.

O Bonfim também salvaguarda saberes específicos relacionados à gestão da morte, que estão presentes nos ofícios de coveiros, capineiros, profissionais da limpeza e do administrativo. São conhecimentos a respeito do tempo certo para exumação de ossadas, técnicas para deslocamento e manuseio dos caixões, de manutenção da assepsia necessária aos ambientes, assim como posturas adotadas ante momentos de dor e sofrimento alheio, além de um profundo conhecimento acerca do espaço. Na maior parte das vezes invisibilizados, cujos ofícios são alvo de aversão pela proximidade com a morte, os/as trabalhadores/as do Bonfim são parte integrante desse patrimônio cultural, atuando diariamente para a sua salvaguarda.

A noção de lugar traz, por sua vez, outro importante aspecto imaterial do Bonfim, uma vez que se constitui como um ponto focal na vida da sociedade, dotado de sentido cultural e no qual se reproduzem práticas coletivas que, no caso, estão ligadas aos rituais funerários. Ademais, do alto do bairro que leva seu nome, o Cemitério do Bonfim compõe a paisagem cultural da cidade de Belo Horizonte e é composto por ela. É possível avistar o cemitério de vários pontos da cidade, e uma vez em seu interior, é possível avistar a cidade por um outro ângulo, tendo a Serra do Curral como grande moldura.

Por fim, sendo um lugar de gestão da morte, o Cemitério do Bonfim foi testemunha de dois eventos marcantes da história sanitária mundial do último século: a pandemia da Gripe Espanhola, em 1918, e a pandemia da Covid-19, iniciada em 2020. Esses dois eventos foram responsáveis por alterar sobremaneira os rituais e práticas funerárias, além de terem impactado diretamente o funcionamento e a dinâmica do espaço cemiterial.

A pandemia da chamada Gripe Espanhola, que na verdade teve sua origem nos Estados Unidos, em meio ao contexto da Primeira Guerra Mundial, chegou a Belo Horizonte sem provocar muito alarde. Na cidade planejada sob os mais modernos preceitos de ordenamento e higiene, supunha-se que a doença não encontraria terreno fértil para se proliferar rapidamente e dizimar centenas de cidadãos, como vinha ocorrendo em outras partes do mundo. No entanto, não houve medidas sanitárias ou hospitalares



de campanha suficientes para conter o avanço do vírus, tendo a doença atingido cerca de um terço da população e matado quase 300 pessoas nos três meses em que assolou Belo Horizonte (STARLING, 2020).

Romarias e procissões ao Cemitério do Bonfim foram proibidas às vésperas do Dia de Finados, o que revela a extensão da crise sanitária na vida social. A memória da calamidade também ficou inscrita no espaço do cemitério, especialmente nas quadras contíguas ao Necrotério, através do grande número de jazigos - maior do que a capacidade planejada - que precisaram ser construídos para acomodar os mortos. As quadras que abrigam tais jazigos têm como característica marcante corredores muito estreitos que praticamente impedem a passagem, tamanha a densidade de túmulos.



Imagem de escultura no Cemitério do Bonfim com a cidade ao fundo.
Foto: Zé Rocha, Designer e Fotógrafo

Já com relação à pandemia da Covid-19 cabe ressaltar que, mais do que mudanças físicas como as verificadas no contexto anterior, foram as mudanças rituais e até mesmo administrativas que se impuseram. No início da pandemia, quando pouco se sabia sobre o vírus, sobre suas formas de contágio e sua capacidade de mutação, aliada à falta de vacinação, os velórios foram suspensos e a quantidade de sepultamentos foi bastante alta, tendo chegado a 58 em um único dia. A média nos quatro cemitérios públicos da capital é de 25 sepultamentos por dia.

Apesar de não ter havido superlotação devido à lógica de funcionamento do Bonfim, cujos jazigos possuem concessão perpétua, os impactos da pandemia do coronavírus se fizeram sentir nas práticas de gestão da morte. Houve casos de famílias que não tiveram vagas suficientes em seus jazigos para enterrar todos os seus mortos, além de alteração no planejamento de concessões para os próximos anos, devido a uma maior procura durante a pandemia, e ainda, por não se saber exatamente qual o tempo adequado para a exumação dos corpos daqueles que foram levados pela doença.

Por todos esses elementos, compreende-se que “o cemitério é um espaço vivo e vivido”, e não somente um lugar para acomodação dos mortos (JÚNIOR, 2021, p. 22). Concentrando em torno de si aspectos da materialidade, do intangível, da história pública e da memória social, o Bonfim se impõe como uma referência cultural rica em perspectivas de abordagem e de fruição, tanto para a comunidade de Belo Horizonte como para o estado de Minas Gerais.

58



Vista da entrada do Cemitério do Bonfim. Foto: Zé Rocha, Designer e Fotógrafo

Página seguinte: Vista do Edifício do Necrotério (Capela) com detalhes de ampulhetas aladas e figura de anjo e romã.

Foto: Acervo IEPHA-MG

CEMITÉRIO VIVO: o Bonfim como espaço educativo na mediação do patrimônio cultural

A necrópole é um livro escrito em linguagem metafórica. Então isto quer dizer que o culto dos mortos, com todo ato constitutivo de memórias, também é um diálogo imaginário do 'sujeito' consigo mesmo feito com os olhos, com espírito e com o coração, a fim de 're-presentificar' o evocado (CATROGA, 2002, p. 26).



O Cemitério do Bonfim, enquanto bem cultural de Belo Horizonte, seja pela ação de tombamento do seu Necrotério (1977), ou pelo Inventário do Acervo de Estruturas e Bens Integrados (2010) ambos realizados pelo IEPHA-MG, revela-se como espaço educativo potente. Não somente pela memória social que resguarda, mas também pelas janelas de memória que se abrem como possibilidades de leituras e ressignificações das historicidades ligadas ao surgimento da capital de Minas Gerais como cidade planejada nos ideais da Nova República e, por extensão, suas transformações reverberadas no cotidiano e na paisagem cultural da cidade.

A função do cemitério voltada ao enterramento dos mortos, como já abordado ao longo desta publicação, transpõe a memória dos entes das famílias que perpetuam ali seus jazigos traduzidos como expressão da arte cemiterial. Suas formas e representações conferem ao trabalho artístico de escultores e de marmoraristas, que no tempo passado se consagraram em um movimento estético, trazendo valores simbólicos circunscritos nos ritos de morte e nos ofícios ligados aos modos de sepultamento que fazem desse lugar um patrimônio cultural.

Com o olhar sobre a morte como ritual simbólico, o Bonfim, sendo um local de memória viva, transcende o caráter de proteção e sua permanência como patrimônio cultural, ao se projetar como espaço de promoção do conhecimento por meio de sua abordagem educativa. As diferentes narrativas construídas e mediadas em interface com os variados contextos socioculturais identificados na trajetória do cemitério são diferenciais no trabalho de educação para o patrimônio cultural desenvolvido junto aos sujeitos e grupos sociais que ali trabalham ou frequentam como visitantes.

Para além de uma ação educativa com vistas à rememoração da história de vida das pessoas ali sepultadas, que de alguma maneira participaram de fatos históricos, políticos, artísticos, religiosos, sociais, econômicos etc., no contexto de Belo Horizonte e de Minas Gerais, trata-se de um trabalho comprometido em contar e recontar histórias “anônimas”, com a tessitura de novos olhares e (re)interpretações. Nesta orientação de revisitação da memória coletiva, emergem várias nuances e peculiaridades ligadas à funcionalidade e aos distintos usos e apropriações do cemitério, tais como:

- Espaço de acolhimento dos mortos, seus modos de sepultamento, exumação, conservação e limpeza e, em torno disso, todo um sistema de trabalho cemiterial e de sociabilidade peculiares a este ambiente;



Entrada do cemitério "Morituri Mortuis" expressão latina "Os que vão morrer aos mortos"
Foto: Acervo IEPHA-MG

- Lugar ritualístico em torno da concepção da morte, de visitação dos entes sepultados, de renova o de lembranças e de peregrina o voltadas às devo es;
- Lugar de contempla o da paisagem cultural, em fun o de sua localiza o estratégica, possibilitando a observa o até os horizontes da Serra do Curral, dispondo de dinâmicas locais que pulsam nas imedia es do cemitério, sendo um ponto de referência da morada dos mortos, permitindo, assim, percep es e olhares diversos para este cenário e suas conjunturas;
- Território educativo como espaço de constru o, troca e frui o de saberes e fazeres que se entrelaçam na gera o de aprendizagens coletivas que conformam novos significados na abordagem do cemitério de uma perspectiva educativa do patrimônio cultural.

Abordar o patrimônio cultural na dimensão da vida e da morte, em um contexto pedagógico, implica conceber como viva a dinâmica sociocultural do espaço, através das rela es estabelecidas com as famílias dos entes, com trabalhadores e visitantes. Fala-se, aqui, da media o de memórias pesquisadas e relatadas que contribuem para a compreensão histórica, social e antropológica do passado e do presente, cuja prática se materializa nos diferentes modos de abordagem educativa e de salvaguarda desse patrimônio cultural.



Oficina de Inventário Participativo com uso dos mapas de percep o.
Foto: Acervo IEPHA-MG

A definição da Educação Patrimonial indica o caminho das ações no Cemitério do Bonfim ao assinalar que a Educação Patrimonial:

“constitui-se de todos os processos educativos formais e não formais que têm como foco o Patrimônio Cultural, apropriado socialmente como recurso para a compreensão sócio-histórica das referências culturais em todas as suas manifestações, a fim de colaborar para seu reconhecimento, sua valorização e preservação. Considera ainda que os processos educativos devem primar pela construção coletiva e democrática do conhecimento, por meio do diálogo permanente entre os agentes culturais e sociais e pela participação efetiva das comunidades detentoras e produtoras das referências culturais, onde convivem diversas noções de Patrimônio Cultural” (FLORÊNCIO et al., 2014, p. 19-20).

Nessa visão, o programa de educação patrimonial tem buscado o desenvolvimento de suas práticas tendo como fundamento a participação social, e o IEPHA-MG como colaborador nas discussões e trocas de experiências junto aos detentores. Esta noção mais ampla de patrimônio cultural abarca a diversidade cultural presente nos territórios onde se insere o Cemitério do Bonfim.

62

Pensar a ação educativa na abordagem do patrimônio cultural requer a utilização de estratégias e metodologias com foco na mediação de saberes e experiências dos diferentes sujeitos sociais no processo de identificação de referências culturais que constituem suas identidades coletivas.

Assim, tais sujeitos se tornam patrimônios vivos, pois criam e recriam suas práticas culturais a partir dos interesses coletivos e preocupam-se com a transmissão de seus saberes de geração para geração. São também sujeitos do patrimônio, por terem vínculos identitários e estarem em interação com eles. Por fim, porque devem exercer a cidadania como colaboradores do poder público, na promoção e proteção do patrimônio cultural, conforme orienta o artigo 216 da Constituição Federal (1988).

Visita guiada no cemitério. Foto: Zé Rocha, Designer e Fotógrafo



TRABALHADORES E TRABALHADORAS DO BONFIM NA CENTRALIDADE DO CEMITÉRIO: saberes, fazeres e memórias na salvaguarda do patrimônio cultural

A participação social nos processos educativos com foco no patrimônio cultural tem se valido do instrumento do Inventário Cultural Participativo, que se constitui como instrumento de levantamento, identificação e reconhecimento das referências culturais dos (e pelos) grupos formadores da sociedade que são relevantes para sua memória coletiva, contribuindo na gestão e salvaguarda do patrimônio cultural.

No Cemitério do Bonfim, esse instrumento foi utilizado com a realização de oficinas, que no ano de 2022 envolveram seus trabalhadores/as e gerências do IEPHA-MG. O objetivo dessas oficinas foi compreender, através dos saberes dos profissionais, a percepção desse lugar como referência cultural, destacando a importância dos saberes desenvolvidos, com a valorização das memórias individuais e coletivas e seus sentidos simbólicos, trazendo ao centro o olhar dos trabalhadores na discussão do cemitério como espaço vivo.

Adotou-se como metodologia a construção de mapas de percepção das referências culturais elaborados pelos inventariantes, tendo como ponto de partida suas narrativas sobre o Bonfim a partir de objetos e ferramentas de trabalho ligados aos ofícios, tais como: carrinho para o deslocamento de caixões, pás, materiais de limpeza, máquinas para capina de grama, sopradeiras de folhagens, correias para a descida de caixões, caixas para acomodação de ossadas, canetas, dentre outros. À medida que os inventariantes narravam suas histórias a partir de seus objetos de trabalho, construiu-se um entendimento a respeito desse bem cultural com a profundidade que só quem vive o cotidiano do Bonfim pode possuir.

63

Oficina de Inventário Participativo com uso dos mapas de percepção. Foto: Acervo IEPHA-MG



Referências culturais: são edificações e são paisagens naturais. São também as artes, os ofícios, as formas de expressão e os modos de fazer. São as festas e os lugares a que a memória e a vida social atribuem sentido diferenciado: são as consideradas mais belas, são as mais lembradas, as mais queridas. São fatos, atividades e objetos que mobilizam a gente mais próxima e que reaproximam os que estão longe, para que se reviva o sentimento de participar e de pertencer a um grupo, de possuir um lugar. Em suma, referências são objetos, práticas e lugares apropriados pela cultura na construção de sentidos de identidade, são o que popularmente se chama de raiz de uma cultura. (IPHAN, 2000, p. 8) culturais, onde convivem diversas noções de Patrimônio Cultural (FLORÊNCIO et al., 2014, p. 19-20).

64 Os objetos e as narrativas enunciadas sobre o Cemitério do Bonfim a partir deles serviram como detonadores de memórias por meio de palavras-chave que, posteriormente, auxiliaram na representação gráfica do Bonfim através de mapas, cujos desenhos simbolizam o universo cultural do cemitério, as relações estabelecidas no local de trabalho e o contexto como patrimônio cultural.

De acordo com as narrativas traçadas, o cemitério é um espaço funcional e simbólico onde se “deixa” algo, ou seja, um local de depósito dos mortos. E é em torno dessa funcionalidade primeira que gira todo um universo laboral, que abarca desde a limpeza diária dos espaços ao trato burocrático das famílias com o sepultamento dos entes queridos, até o sepultamento propriamente dito e a gestão dos restos mortais ao longo dos anos. Assim, há saberes bastante específicos que estão sob a guarda dos profissionais, relacionados à manutenção da assepsia, ao manejo dos caixões, à manutenção dos jazigos, ao tempo de exumação etc.

As rotinas de trabalho convivem, portanto, com sentimentos e emoções que as pessoas levam para o cemitério, junto aos hábitos, costumes, manifestações, valores e crenças em torno da morte. Nesse contato, os/as trabalhadores/as assumem determinadas posturas frente ao momento crítico da despedida, procurando não se destacar na cena, tendo consciência de não tomar para si a dor do outro, embora o sepultamento de crianças tenha sido indicado como um forte ativador de emoções. Ademais, cabe a estes



profissionais o encerramento da relação física do morto com os vivos no descimento do caixão e o fechamento da sepultura, muitas vezes acompanhados de reações intempestivas por parte das famílias.

Se o cemitério é um lugar onde se “deixa”, é também o lugar onde se “busca” sentidos ligados à relação misteriosa entre a vida e a morte: são lembranças, inspirações, devoções, renovações, esperança e conhecimento. Nesse movimento, o Bonfim se constitui como local de peregrinação a túmulos de determinadas figuras alçadas à santidade popular, espaço para a visita de interessados em conhecer as histórias de quem ali está enterrado e visita das famílias, que se intensifica no Dia de Finados, quando há todo um contexto específico de preparação do espaço.

As narrativas também pontuaram sistematicamente a noção de limpeza como norteadora dos ofícios ali desenvolvidos, que está na própria gênese da moderna ideia de gestão da morte. A limpeza se liga, para além da questão sanitária, à sensação de bem-estar propiciada às pessoas que estão passando por momentos difíceis. Este consenso traz a percepção deste espaço como lugar de acolhimento mediante a assepsia, em oposição à ideia de impureza vinculada à morte. Nesse sentido, os ofícios ligados à conservação e manutenção, tais como limpeza dos velórios, capina das quadras, varredura das folhagens, limpeza e preparação dos jazigos, possuem uma importância fundamental na salvaguarda



do Bonfim. Ao mesmo tempo, justamente por lidarem tão próximos à morte, são ofícios socialmente estigmatizados, como foi sistematicamente pontuado durante as falas.

Por falar em pureza e impureza, os/as trabalhadores/as também trouxeram à tona temas contemporâneos, como os novos comportamentos sociais impostos pela pandemia da Covid-19. Durante o período crítico da pandemia, os ofícios tiveram de ser adaptados a uma nova dinâmica de recebimento e enterramento dos corpos, a partir de um sistema de protocolos e regras sanitárias rígidas, como o uso de uniformes especiais. Já com relação aos rituais funerários, a pandemia trouxe impactos de grandes proporções nas formas de se despedir e enterrar os mortos, vitimados ou não pelo vírus, sendo negado a esses corpos e a suas famílias o direito de viver o ritual da morte. Nesse sentido, os/as trabalhadores/as teceram leituras sensíveis sobre a aceitação ou a não aceitação das famílias, que não podiam mais se despedir da forma que desejavam.

As vivências relatadas trouxeram reflexões críticas acerca do papel social dos coveiros e de como são vistos pela sociedade. Durante a pandemia, por exemplo, foi relatado rechaço a sua presença nos transportes públicos, por lidarem com os mortos no contexto pandêmico. Isso revela a marginalização da atividade, além do preconceito e do medo em torno do ofício que exercem.

66

A percepção do cemitério como espaço de segmentação social, abordada anteriormente, também foi observada pelos/as trabalhadores/as, que têm grande conhecimento espacial das quadras e de como os mortos nelas se distribuem. Há quadras que abrigam jazigos de famílias tradicionais, localizadas nas vias principais, ao passo que as quadras dos fundos são destinadas ao sepultamento dos entes de famílias mais pobres⁴. Assim, o cemitério como cidade dos mortos transporta da cidade dos vivos a visão de hierarquização social reproduzida nos diferentes espaços urbanos (CASTRO, 2007, apud BARTHEL; RAMOS; CASTRO, 2020).

A questão da diferenciação social presente no espaço do Bonfim está materialmente informada pela arte cemiterial dos jazigos, que também são objeto de contemplação e de análise cotidiana pelos/as trabalhadores/as. Mesmo que diariamente em contato com essa arte, ela se desvenda através de percepções acessadas a cada nova observação feita. Alguns túmulos e esculturas são unanimidade nos relatos, como a sepultura da Família Falci, que logo na entrada do Bonfim, apresenta a imponente escultura de uma coluna quebrada (representação que se repete em outros jazigos):

NOTA

⁴ Os trabalhadores expuseram que as classes mais pobres do Cemitério do Bonfim possuem condições econômicas de aquisição de túmulos mais simples que os diferenciam, por exemplo, dos pobres de outros cemitérios de Belo Horizonte, como o da Saudade.

A gente procurou saber a vida da família Falci [...]. Quando nós via um túmulo quebrado, nós achava que era raio, aí a gente foi puxar, pesquisar. Aí, diz que é quando a coluna da casa falece, aí o arquiteto vem e faz aquele negócio dele quebrado. Aí quando tem esses túmulos, assim, com um pedaço quebrado é o pilar da casa que morreu.

Regiane

Auxiliar de Serviço Gerais

O relato mostra as iniciativas de pesquisa sobre as histórias dos túmulos, seja pelos próprios/as trabalhadores/as ou a partir de ações do programa educativo do Cemitério do Bonfim, executado pela professora Marcelina Almeida (UEMG). Tais práticas consolidam a atuação dos/as trabalhadores/as como produtores de conhecimento, cujas memórias vivas são parte integrante da história do Bonfim, refletidas na forma como enxergam e vivem esse espaço.

Se o espaço interno do Bonfim é objeto de profundo conhecimento por parte dos/as trabalhadores/as, o extramuros também se encontra na perspectiva desses detentores. Com relação ao entorno imediato, destacam-se as ruas adjacentes ao espaço cemiterial, o comércio local, a vizinhança, os prédios da administração e dos velórios, além da praça frontal – que é um importante espaço de sociabilidade – como lugares que compõem as referências culturais ligadas ao cemitério. De maneira mais ampliada, tem-se a própria paisagem da cidade de Belo Horizonte, referenciada pelo/as trabalhadores/as através da Serra do Curral, de trajetos pelos quais se deslocam até o trabalho, mirando até o Aglomerado da Serra:

A cidade é vista de uma outra forma, é um contexto diferente. A gente tá vendo a cidade onde tá acontecendo a vida toda lá, todo mundo trabalhando e o pessoal vivendo e a gente tá dentro do cemitério onde não tem vida, então são dois lados, né, da história que você vê direto do cemitério a cidade.

Michele

Auxiliar Administrativa

Vista da Serra do Curral, a partir do Cemitério
Foto: Zé Rocha, Designer e Fotógrafo



Anjo em mármore branco e a cidade de Belo Horizonte
ao fundo. Foto: Zé Rocha, Designer e Fotógrafo





Assim, os registros de elementos ligados à arquitetura, aos saberes, às histórias dos túmulos, às manifestações simbólicas, às sabedorias populares e à própria leitura da paisagem do cemitério, encontram-se associados à percepção do lugar, definindo os/as trabalhadores/as do Bonfim como detentores e protagonistas atuantes em sua salvaguarda, por meio de uma gama de saberes e práticas relacionadas a sua funcionalidade, manutenção, preservação e salvaguarda.

São materialidades, imaterialidades e imaginários presentes no discurso e na prática dos/as trabalhadores/as, que reforçam o sentido e a importância de uma política de preservação do patrimônio cultural no estado de Minas Gerais para além da monumentalidade pensada originalmente ao gosto das elites. A troca de experiências pela via do Inventário Cultural participativo nos leva a entender, sobretudo, de que modo esse contexto de patrimonialização vem se transformando ao longo da história, ao mostrar o protagonismo dos detentores na salvaguarda do patrimônio cultural.

70

Nosso trabalho aqui é muito importante. Para a maioria das pessoas, a gente é um pouco invisível, né. Eles vêm aqui, sepulta e vai embora e nem presta atenção em quem é que fez o trabalho. Mas a gente tem que saber disso: nosso trabalho é importante. A gente sabe que nosso trabalho é importante pra cidade, pra sociedade, pra aquela pessoa que a gente nem conhece, pra história desse cemitério aí, que já tem mais de cem anos, com certeza vai ficar mais cem anos e a gente vai passar nessa história, mas vamos deixar nossa marca.

Márcio

Administrador do Cemitério

Trabalhadora do Bonfim. Foto: Zé Rocha, Designer e Fotógrafo



O Cemitério do Bonfim: memória, imagens, lembranças - um exemplo de educação para o patrimônio cultural

Educar para o patrimônio cultural significa vislumbrar as diversas possibilidades de compreensão, fruição e inserção do bem cultural em seus diálogos com a sociedade. Enxergar o trabalho e a dinâmica cotidiana de quem operacionaliza o funcionamento do espaço funerário responde parte dessa proposta; por outro lado, é muito importante que haja uma correspondência entre as pessoas e o lugar. Nesse sentido, parte do projeto de pesquisa e extensão intitulado “Cemitério do Bonfim: arte, história e educação patrimonial”, que se realiza desde o ano de 2012 até os dias de hoje, tem como propósito basilar promover experiências de visita e compreensão da história do cemitério e da cidade de Belo Horizonte, explorando a diversidade do acervo que se abriga no espaço cemiterial.

O projeto resultou de uma parceria celebrada entre três instituições públicas, quais sejam, a Universidade do Estado de Minas Gerais, Escola de Design – UEMG/ED; a Fundação de Parques Municipais e Zoobotânica - FPMZ e o Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais - IEPHA-MG, no período entre 2013 e 2023.

71

Trajetos e roteiros são construídos explorando o acervo do Bonfim e, por meio da pesquisa, itinerários são elaborados a fim de tornar possível apreciar e compreender as diversas dimensões culturais, políticas e sociais impregnadas no espaço cemiterial. Esses roteiros compõem uma programação anual, que se realiza entre os meses de fevereiro a novembro, sendo ofertada, uma vez por mês, a possibilidade de que as pessoas interessadas se inscrevam gratuitamente e possam acompanhar a atividade mediada por profissionais especialistas nos temas que se referem à história da cidade e do cemitério.

Por meio da investigação permanente, tanto no acervo físico da necrópole quanto em fontes documentais abrigadas em instituições arquivísticas, bem como em documentos eletrônicos, itinerários múltiplos são propostos como trajetórias e roteiros temáticos que são o motor mediador das visitas ao cemitério.

Desde o início das atividades, em 2012, já foram realizados em parceria com o público interessado 11 (onze) roteiros. Trata-se de um diálogo, uma conversa que se estabelece entre o patrimônio edificado e as impressões e experiências que se estabelecem por meio da mediação concertada com as pessoas inscritas na atividade.

Um dos roteiros idealizados dedica-se à memória das mulheres que, de algum modo, constituem as tramas das recordações que envolvem o Bonfim e a cidade. Intitulado “A presença feminina no espaço cemiterial”, esse trajeto destaca e eleva o papel de mulheres como Arlinda Corrêa Lima (1927-1980), artista plástica ceramista, atuante professora no universo do ensino das artes em Minas Gerais; Dora Vivacqua (1917-1967), mais conhecida como Luz Del Fuego, bailarina performática, integrante da família Vivacqua, detentora de relevante contribuição para o mundo das artes e literatura na capital; Jeanne Louise Milde (1900-1997) escultora que trocou a Bélgica por Belo Horizonte e, para além de disseminar arte pela capital mineira, realizou projetos de decoração tumular no Cemitério do Bonfim.

No campo da religiosidade, são visitados os túmulos da jovem Menina Marlene, de nome Marlene Maria dos Santos (1945-1958), falecida ainda na adolescência e cuja morte prematura criou no imaginário popular uma complexa teia de relatos que elevam a jovem à categoria de personagem sagrada. Seu local de sepultamento passou a ser espaço de visita e peregrinação. Uma devoção popular construída no imaginário.

O mesma devoção popular pode ser identificada em relação à Irmã Benigna Victima de Jesus, nome escolhido para a vida religiosa pela freira Maria da Conceição Santos (1907-1981), pertencente à Congregação das Irmãs Auxiliares de Nossa Senhora da Piedade, que sempre praticou a caridade e a fortaleza, ajudando e colaborando para melhorar a vida de qualquer pessoa que dela se aproximasse. Se, em vida, praticava a benevolência e ajudava a quem dela precisasse, após sua morte, seu túmulo passou a ser objeto de visita e celebração, adquirindo o status de milagreira. Inclusive está em análise no Vaticano o processo de beatificação da freira, que hoje, no universo católico, já é considerada como a venerável Irmã Benigna.

E assim, no campo do místico e maravilhoso que se incorpora nas histórias possíveis de serem descortinadas no Cemitério do Bonfim, outra mulher merecedora de nossa atenção é Irma de Castro Rocha, mais conhecida como Meimei (1922-1946), personalidade de significativa relevância para a Doutrina Espírita. Tendo falecido de forma prematura, após longo e doloroso processo de sofrimento, a jovem passou a se comunicar por meio do médium Francisco Cândido Xavier, o Chico Xavier (1910-2002), enviando mensagens a seu marido Arnaldo Rocha (1922-2012) e ditando lições sobre cuidado com a educação das crianças.

Além dessas personagens, muitas outras habitam a paisagem cultural construída em meio a alamedas, ruas secundárias e sepulturas diversas que compõem o espaço cemiterial. Muitas histórias podem ser contadas por meio da celebração das memórias que se constituem naquela necrópole.



As atividades realizadas no Bonfim integram e proporcionam a construção de identidades, auxiliam a construção do pensamento e ação no tocante à preservação e políticas de tombamento e à necessidade de se refletir, de maneira concreta, a respeito do cuidado com a memória coletiva, bem como da memória individual. Por meio do projeto de extensão e pesquisa tem sido reconhecida a inserção do Cemitério do Bonfim no espaço cultural, artístico e turístico da cidade, destacando o relevo dessa iniciativa, que concomitantemente, evidencia-se como atividade pedagógica, educando para o futuro, pensando sobre o passado e estimulando, no presente, as iniciativas para a preservação.



Definições de elementos e ornamentos cemiteriais

74

Baldrame: alicerce de alvenaria para suporte de uma lápide.

Busto: parte superior do tronco humano, que vai da cintura ao pescoço; torso. Escultura ou pintura que representa a parte da figura humana constituída pela cabeça, pescoço e parte do peito.

Carneiro: cova com as paredes laterais revestidas de tijolo ou material similar, tendo, inteiramente, as dimensões das sepulturas e, externamente, o máximo de 2,50m de comprimento por 1,25m de largura; o fundo será sempre constituído pelo terreno natural.

Carneiro geminado: dois carneiros e mais o terreno entre eles existente formando uma única cova, para sepultamento dos membros de uma mesma família, ou de pessoas estranhas, desde que autorizado pela família, devendo os compartimentos destinados às urnas funerárias estar em comunicação com o solo.

Jazigo: palavra empregada para designar tanto a sepultura como o carneiro.

Lápide: laje que cobre o jazigo com inscrição funerária.

Mausoléu: monumento funerário suntuoso, que se levanta sobre o carneiro; o caráter suntuoso pode ser obtido não só pela perfeição da forma como também pelo emprego de materiais finos que, por suas qualidades intrínsecas, supram enfeites e ornamentos.

Nicho: compartimento do columbário para depósito de ossos retirados de sepultura ou carneiro.

Ossuário: vala destinada ao depósito comum de ossos provenientes de jazigos cuja concessão não foi reformada ou caducou.

Sepultura: cova funerária aberta no terreno com as seguintes dimensões: para adultos – 2m de comprimento por 0,75m de largura e 1,70m de profundidade; para infantes – 1,50m x 0,50m por 1,70m, respectivamente.



Imagem de Jesus batendo na porta.
Foto: Acervo IEPHA-MG

Referências

ALMEIDA, Marcelina das Graças de. Morte, Cultura, Memória – Múltiplas Intercessões: Uma interpretação acerca dos cemitérios oitocentistas situados nas cidades do Porto e Belo Horizonte, 2007. Tese (Doutorado em História Social da Cultura – Departamento de História da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas). Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 2007.

ALMEIDA, Marcelina das Graças de. Memória e História: o cemitério como espaço para educação patrimonial. XXVIII Simpósio Nacional de História. Florianópolis, 2015.

BARTHEL, S. G. A.; RAMOS, A. C. P. T.; CASTRO, V. M. C. Estilos arquitetônicos em espaços cemiteriais: contribuição aos estudos de arqueologia Funerária. Revista Noctua – Arqueologia e Patrimônio, v. 2, nº 05, 2020, p. 83-105. Disponível em <https://doi.org/10.26892/noctua.v2i5p107-141>. Acesso em 20 de novembro de 2022.

BARRETO, Abílio. Belo Horizonte: memória histórica e descritiva – história antiga e média. Edição atualizada, revista e anotada. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1995.

BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Senado Federal, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 28 de junho de 2022.

BRASIL, Raymundo Pereira. Minas Geraes na grandeza do Brasil. Belo Horizonte: Editora Graphica Queiroz Breyner, 1936, 675p.

CATROGA, Fernando. O Céu da Memória Cemitério Romântico e Culto Cívico dos Mortos em Portugal 1756-1911. Coimbra: Livraria Minerva Editora, 1999.

ELIAS, Norbert. A solidão dos moribundos seguido de envelhecer e morrer. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

ETTORE Ximenes. In: ENCICLOPÉDIA Itaú Cultural de Arte e Cultura Brasileira. São Paulo: Itaú Cultural, 2023. Disponível em: <http://enciclopedia.itaucultural.org.br/pessoa21784/ettore-ximenes>. Acesso em: 25 de outubro de 2023. Verbete da Enciclopédia.

FLORÊNCIO, Sônia Regina Rampim; CLEROT, Pedro; BEZERRA, Juliana; RAMASSOTE, Rodrigo. Educação patrimonial: histórico, conceitos e processos. Brasília: IPHAN, 2014. 63 p. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/EduPat_EducacaoPatrimonial_m.pdf>. Acesso em: 20 de novembro de 2022.

GROSSI, Sávio. Arte e ofício da marmoraria nos primórdios de Belo Horizonte. Belo Horizonte: IMX, 2005. 80p

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. Inventário Nacional de Referências Culturais: Manual de Aplicação. Brasília, DF: IPHAN, 2000.

INSTITUTO ESTADUAL DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DE MINAS GERAIS - IEPHA-MG. Dicionário Biográfico de Construtores e Artistas de Belo Horizonte 1894/1940. Belo Horizonte: IEPHA-MG, 1997.

INSTITUTO ESTADUAL DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DE MINAS GERAIS - IEPHA-MG. Inventário do acervo de estruturas arquitetônicas e bens integrados do Cemitério do Bonfim. Belo Horizonte: IEPHA-MG 2010, 709p.

JÚNIOR, Lourival Andrade. Exus, Pomba-giras e Pretos Velhos: o cemitério como espaço sagrado de pertencimento. Diálogos, Maringá-PR, Brasil, v. 25, n. 3, p. 8-37, set./dez. 2021. Disponível em: <<https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/Dialogos/article/view/60531/751375153306>> acesso em 02 de dezembro de 2022.

LIMA, Ilza Maria. O cemitério como espaço devocional: um estudo sobre a devoção a Irmã Benigna. Anais Dos Simpósios Da ABHR, 13, 2012. disponível em: <<https://revistaplura.emnuvens.com.br/anais/article/view/419>> acesso em 02 de dezembro de 2022.

MAGALHÃES, Beatriz de Almeida. Caso Oblíquo. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

MINAS GERAIS. DECRETO nº 18.531, de 02/06/1977. DIÁRIO DO EXECUTIVO.

MUNDIM, Luis Gustavo Molinari. As necrópoles como patrimônio cultural: Reflexões sobre o inventário do Cemitério do Bonfim em Belo Horizonte. In: Simpósio Nacional de História, 26. 2011. São Paulo. Anais [...]. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2011.

MIRANDA, Andre de Souza; MUNDIM. Luis Gustavo Molinari, Edifício do Necrotério do Cemitério do Bonfim - Belo Horizonte. Guia de bens tombados IEPHA-MG. Belo Horizonte: IEPHA-MG, 2014, vol. 10, p. 37 - 40.

MUMFORD, Lewis. A Cidade na História: Suas origens, suas transformações, suas perspectivas. Belo Horizonte: Editora Itatiaia Ltda, 1965.

OBRAS escultóricas em espaços externos da USP. São Paulo: Edusp/CPC-USP, 1997.

OLIVEIRA, Márcio Adalto Dutra de. Entrevista concedida a Maria Letícia Silva Ticle. 02 de dezembro de 2022.

PONTUAL, Roberto. Dicionário das Artes Plásticas no Brasil. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1969.

QUEIROGA, Daniel Silva. Nossas ruas, nosso patrimônio (in)visível: Dicionário toponímico da região da Lagoinha. Belo Horizonte: IEDS, 2021.

RABELO, Elizabeth Avelino. Morte e Mundo-Da-Vida: Análise fenomenológica de experiências de coveiros no Cemitério do Bonfim. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social). Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 2014.

ROCHA, Maria Aparecida Borges de Barros. A construção e secularização dos cemitérios da cidade de Cuiabá nos séculos XIX e XX. Revista Inter-Legere, n. 12, Jan-Jun 2013. p. 197-213, Natal, 2013.

RODRIGUES, Rita Lages. Entre Bruxelas e Belo Horizonte: itinerários da escultura Jeanne Louise Milde. Belo Horizonte: Editora C/Arte, 2003.

SALGUEIRO, Heliana Angotti (Org.) Cidades Capitais do Século XIX: Racionalidade, Cosmopolitismo e Transferência de modelos. São Paulo: Editora da USP, 2001.

STARLING, Heloisa Maria Murgel. O ano em que Belo Horizonte enfrentou a peste. Belo Horizonte, 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/mg/minas-gerais/minas-300-anos/noticia/2020/04/14/o-ano-em-que-belo-horizonte-enfrentou-a-pestes.ghtml>. Acesso em 15 de novembro de 2022.





Equipe técnica

Comissão Editorial IEPHA-MG

Editor-Chefe: Luis Gustavo Molinari Mundim

Membros executivos: Andréa Santos Xavier, Alexander Alves Ribeiro, Antonia Cristina de Alencar Pires, Isa Maria Marques de Oliveira

Membros consultivos:

Adalberto Andrade Mateus, Ana Eliza Soares de Souza, Ana Paula Trindade Gomes, Daniele Gomes Ferreira

Cadernos do Patrimônio Cultural: Cemitério do Bonfim

Edição: Daniele Gomes Ferreira, Luis Gustavo Molinari Mundim

Organização: Ana Paula Lessa Belone, Luzinete Assis de Jesus e Maria Letícia Silva Ticle

Elaboração e adaptação dos textos: Ana Paula Lessa Belone, André de Souza Miranda, Luzinete Assis de Jesus, Marcelina das Graças Almeida, Maria Letícia Silva Ticle, Daniele Gomes Ferreira, Luis Gustavo Molinari Mundim

Revisão de texto e normalização: Regina Gomes

Projeto Gráfico: André Berlinck

Fotografias: Gabriel Nunes da Silva, José Rocha Andrade, Izabel Chumbinho, Luis Gustavo Molinari Mundim

Revisão final: Adalberto Andrade Matheus, Antônia Cristina, Alexander Alves Ribeiro, Isa Maria Marques de Oliveira

Inventário das Estruturas Arquitetônicas e Bens Integrados do Cemitério do Bonfim (2010)

Coordenação: Angela Dolabela Cãnfora e Luis Gustavo Molinari Mundim

Equipe IEPHA-MG: Ailton Batista da Silva, Alisson Loureiro Rosa, André de Sousa Miranda, Bruno Goyotá, Danielle Soares Moreira, Francisco de Paula Souza de Mendonça Júnior, Leila Augusta Lovaglio Rossi, Rodrigo Costa de Souza

Inventário Cultural Participativo junto aos Trabalhadores/as do Bonfim (2022)

Coordenação: Ana Paula Lessa Belone e Luzinete Assis de Jesus

Equipe IEPHA-MG: Gabriel Nunes da Silva, Gustavo de Oliveira Celestino, Marcelo Souza Santos, Lucas Sousa Lima

Equipe Técnica APPA / PRONAC 204725

Coordenador do Projeto: Fernando Pacheco

Assistente de Projetos do Patrimônio: Guilherme Graciano

Apoio Administrativo: Mariana Parreiras

Programa Educativo

Coordenadora: Lídia Mendes

Coordenadora de Produção: Clarita Gonzaga

Produtora: Ana Ceci Mota



GOVERNADOR DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Romeu Zema Neto

VICE-GOVERNADOR DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Mateus Simões de Almeida

SECRETÁRIO DE ESTADO DE CULTURA E TURISMO DE MINAS GERAIS

Leônidas Oliveira

SECRETÁRIA DE ESTADO ADJUNTA DE CULTURA E TURISMO DE MINAS GERAIS

Josiane de Souza

INSTITUTO ESTADUAL DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DE MINAS GERAIS

PRESIDENTE

João Paulo Martins

CHEFE DE GABINETE

Daniel Silva Queiroga

DIRETORA DE CONSERVAÇÃO E RESTAURAÇÃO

Luciane Andrade Resende

DIRETOR DE PROMOÇÃO

Luis Gustavo Molinari Mundim

DIRETOR DE PLANEJAMENTO, GESTÃO E FINANÇAS

Edwilson Martins

DIRETOR DE PROTEÇÃO E MEMÓRIA

Adriano Maximiano da Silva

ASSESSOR DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Saulo Carrilho de Paula

APPA - CULTURA E PATRIMÔNIO

PRESIDENTE

Xavier Vieira

VICE-PRESIDENTE / DIRETOR JURÍDICO

Agostinho Resende Neves

DIRETOR FINANCEIRO

Guilherme Domingos

DIRETORA EXECUTIVA

Pâmela Perdigão

DIRETORA DE PROJETOS

Siomara Faria

SUPERINTENDÊNCIA DE COMUNICAÇÃO E MARKETING

Fábio Pires

COORDENADOR GERAL DE PROJETOS INCENTIVADOS

Caio Otta

COORDENADOR DO PROJETO

Fernando Pacheco



Conheça as publicações do Instituto Estadual do Patrimônio
Histórico e Artístico de Minas Gerais.

Esta publicação foi composta em Myriad Pro sobre papel
Couché fosco 115 / gm² para o Instituto Estadual do Patrimônio
Histórico e Artístico de Minas Gerais.